



Formação e Pesquisa em Educação Especial no Brasil

Enicéia Gonçalves Mendes
(Organizadora)



EDESP-UFSCar

Formação e pesquisa
em Educação Especial
no Brasil



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Formação e pesquisa em Educação Especial no Brasil



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2022

© 2022, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

F723f

Formação e Pesquisa em Educação Especial no Brasil / organizadora: Enicéia Gonçalves Mendes. — Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2022.
97 p.

ISBN: 978-65-89874-47-8

1. Educação especial. 2. Formação profissional. 3. Pesquisa. I. Título.

CDD: 371.9 (20ª)

CDU: 371.9

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

SUMÁRIO

1	Apresentação: o princípio do GP-Foreesp.....	7
2	Programação do evento comemorativo dos 25 anos do GP-Foreesp.....	11
3	Resumos dos projetos de pesquisa em redes colaborativas de pesquisa..	21
4	Estudos sobre análise da política de inclusão escolar: resumos da sessão 1 de comunicações orais	27
5	A semente plantada: resumos da sessão 2 de comunicações orais de estudos dos egressos do GP-Foreesp	47
6	Perspectivas futuras: sessão de pôsteres com estudos em andamento dos integrantes do GP-Foreesp.....	79

APRESENTAÇÃO: O PRINCÍPIO DO GP-FOREESP

Enicéia Gonçalves Mendes

A partir da década de 1980, a produção científica em Educação Especial no país começou a crescer vertiginosamente, alertando os pesquisadores sobre a necessidade de empreender análises e revisões críticas periódicas sobre essa produção. Atendendo a essa necessidade, pesquisadores de três universidades, Leila Nunes (UERJ), Rosana Glat (UERJ), Júlio Romero Ferreira (UNIMEP) e Enicéia Gonçalves Mendes (UFSCar), uniram-se para formar um grupo de pesquisa, dando início, em 1995, a um projeto integrado cujo objetivo foi mapear e analisar a produção discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação e Psicologia do país, voltada para o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Tal empreendimento resultou numa série de cinco projetos de pesquisa (nomeados de Prodisc) financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Até o ano de 2004 foram examinadas 555 teses e dissertações, defendidas em 27 universidades de 22 estados brasileiros, produzidas no período entre 1970 e 2001.

A experiência advinda dessa participação prolongada nesse grupo interinstitucional de pesquisa, associada à vinculação no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, motivou uma dupla de pesquisadoras, Enicéia Gonçalves Mendes e Maria Amélia Almeida, a oficializar a criação de um novo grupo de pesquisas, o Grupo de Pesquisa Formação em Recursos Humanos em Educação Especial (GP-Foreesp), dedicado à temática da formação de profissionais na área de Educação Especial, considerando tanto a relevância científica e social dessa questão apontada pelos

estudos até meados da década de 1990 como também o fato de ser esta a missão do referido programa, na época o único específico em Educação Especial no país.

O GP-Foreesp foi oficialmente criado quando cadastrado na plataforma dos grupos de pesquisa do CNPq, em 1997, e a partir daí foi intensificada, no âmbito do PPGEs, a transição para uma nova forma de produzir ciência: do trabalho individual e isolado, entre estudantes e seus orientadores, para o trabalho coletivo e colaborativo de grupo.

A partir de então, o GP-Foreesp passou a integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das duas docentes, dos alunos de graduação e de pós-graduação da UFSCar. As atividades de ensino eram desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, e as atividades de pesquisa ocorriam por meio de projetos de grande porte e dos subprojetos vinculados (de iniciação científica, monografia de conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Em relação à extensão, o grupo criou um programa oficial, denominado “Programa de Formação Continuada em Educação Especial”, por meio do qual têm sido desenvolvidos cursos de extensão, palestras, eventos científicos e projetos de assessoria. A ideia de realizar os Congressos Brasileiros de Educação Especial, os CBEEs, nasceu e se fortaleceu no GP-Foreesp, tornando-se o principal evento científico da área no país.

Entretanto, as primeiras tentativas de juntar todo o grupo de orientandos e orientandas de Maria Amélia Almeida e Enicéia Gonçalves Mendes logo se mostraram contraproducentes, pois, na época, cada uma tinha 12 ou mais orientandos de pós-graduação, além dos alunos de iniciação. A dimensão pesou no bom funcionamento do grupo, bem como os interesses foram se diversificando. Assim, dividimos o grupo, embora prosseguíssemos desenvolvendo projetos conjuntos, e eu acabei herdando o GP-Foreesp, e, em resposta a uma demanda do contexto político do sistema educacional brasileiro da época, a produção científica foi se focalizando cada vez mais na temática da inclusão escolar.

Ao longo dos 25 anos de existência do GP-Foreesp, foram muitos os projetos de pesquisa de grande porte, tais como “Inclusão Marco Zero, Começando pelas Creches (2001-2004)”, “S.O.S. Inclusão: Avaliação de um Programa de Consultoria Colaborativa de Apoio à Inclusão Escolar”, “Projeto Alta&Inclusão: Viabilidade dos Recursos de Alta Tecnologia Assistiva na Inclusão Escolar de Portadores de Severas Disfunções Motoras”,

“Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede sobre as Salas de Recursos Multifuncionais”; “Pesquisa em Rede com Ferramentas de E-Science Aplicada ao Estudo da Política de Educação Inclusiva no Brasil” e “Avaliação da Política de Inclusão Escolar em Contexto Municipal Baseada na Abordagem do Ciclo de Políticas”. Sob o guarda-chuva dos projetos-matrizes, foram derivados vários outros subprojetos que deram origem a teses, dissertações, iniciações, monografias e trabalhos de conclusão de curso.

Ao longo do tempo, a composição dos pesquisadores alterou-se, iniciando com a liderança compartilhada com Maria Amélia Almeida e depois com a agregação de Cristina Toyoda. Posteriormente, o time de pesquisadores contou com Leonardo Santos Amâncio Cabral, que já fez parte da história do grupo, mas acabou constituindo seu próprio grupo. A constante sempre foi minha presença, e atualmente divido a liderança com Carla Ariela Rios Vilaronga e Gerusa Ferreira Lourenço, ambas egressas do GP-Foreesp e as quais irão continuar esse legado.

O “Seminário de Pesquisas sobre Formação e Política de Educação Especial no Brasil” tem como objetivo marcar o jubileu de prata do GP-Foreesp, promovendo um balanço da produção de conhecimento e do potencial formativo ao longo dos últimos 25 anos, tendo em vista o atual contexto da política de Educação Especial Brasileira.

O evento é composto de três mesas-redondas, cada uma destinada a apresentar um dos três projetos de grande porte que se encontram em andamento, os quais sustentam a produção atual do grupo e são desenvolvidos em redes de pesquisa interinstitucionais. Para a realização dessas mesas-redondas, os parceiros dos pesquisadores do GP-Foreesp foram convidados.

Além dos projetos de grande porte e dos subprojetos a eles vinculados, trazemos ainda a contribuição da produção de alguns egressos que hoje se destacam nas universidades brasileiras. E assim mantemos o lema “Uma vez Foreesp, Foreesp forever”.

Sejam bem-vindos ao evento comemorativo do jubileu de prata do GP-Foreesp.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS DO GP-FOREESP

16/11/2022: 9h

MESA DE ABERTURA: HISTÓRICO DO GRUPO DE PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
ALMEIDA, Maria Amélia (PPGEEs/UFSCar)

16/11/2022: 10h-12h

MESA-REDONDA 1: DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO ACERCA DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM CONTEXTOS MUNICIPAIS

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)
MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)
RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante (Profei-UNIFESSPA)
FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)
LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)

16/11/2022: 14h-18h – SESSÃO 1 DE COMUNICAÇÕES ORAIS
ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM CONTEXTOS MUNICIPAIS

1. ANÁLISE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES PAEE ACERCA DOS SERVIÇOS DE APOIOS À INCLUSÃO ESCOLAR

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli (PPGEEs/UFSCar)
MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

2. A ÓTICA DOS ESTUDANTES DO PAEE SOBRE O CONTEXTO DE PRÁTICA DA POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO EM UM MUNICÍPIO PAULISTA
SEBIN, Bruna Raffaini (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO
KUHN, Cleuza (PPGE/UFPR) MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)
4. AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA DA FAMÍLIA
DUTRA, Joelma Fernanda de Sales Carneiro (PPGE/UFCAT) FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)
5. FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DOCENTES DA UNIFESSPA: UMA ANÁLISE SOBRE INDICADORES DE INCLUSÃO EDUCACIONAL
SANTOS, Katiane Silva dos (UNIFESSPA) CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA) OLIVEIRA, Ana Caroline dos Santos (UNIFESSPA)
6. ANÁLISE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA
FERREIRA, Laiane (PPGE/UFPR) MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)
7. ESTUDANTES COM TEA NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ
BORTOLOTTI, Shirley Aparecida dos Santos (PPGE/UFPR) MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)
8. PROFESSORAS DO ENSINO COMUM E SUAS AVALIAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MARABÁ-PA
CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA) LIMA, Tarcila Marcelle Virtuozo de (UNIFESSPA)
9. AVALIAÇÃO DA META 4 DO PNE EM MARABÁ: OS CICLOS DE POLÍTICAS E A EFETIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INCLUSIVOS
CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA) JUNIOR, Antônio Alves Cavalcante (UNIFESSPA) NUNES, Alessandra Santos (UNIFESSPA) FREITAS, Elisnalva Silva de (UNIFESSPA) ROCHA, Patrícia dos Santos (UNIFESSPA)

10. APLICAÇÃO PRELIMINAR DAS VERSÕES V DO QUAPOIE-PC E QUAPOIE-PE PARA AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DE PRÁTICA DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR
MORAES, Maiara Cristina (PPGEEs/UFSCar) LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)
11. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLA PARTICULAR DE ENSINO
NASCIMENTO, Milena Viana Medeiros Barbosa do (PPGE/UFPI) LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)
12. INTERFACES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA ACREANA
MARTINS, Nayra Suelen de Oliveira (PPGE/UFPR e UFAC) MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)
13. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
SANTOS, Suellen da Silva (PPGE/UFPI) LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)
14. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES
SANTOS, Vivian (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
17/11/2022: 9h-12h
MESA-REDONDA 2: PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA PARA MITIGAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DECORRENTES DA PANDEMIA DE COVID-19: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR (PAC-COVID-19)
MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar) LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar) ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP) SANTOS, Keisyane da Silva (PPGEEs/UNIFESP) PEDROSA, Cristina Cinto Araujo (PPGEDU/USP-RP) SILVA, Márcia Altima Bonfá da (SME/Batatais) JUNQUEIRA, Victor Hugo (SME/Batatais) BÉRGAMO, Ana Faria (SME/Batatais) CASTRO, Juliana Santos de (SME/Batatais) CONUNCHUC, Elizângela Cerce (SME/Batatais) COSTA, Cristiane Augusta (SME/Batatais)

Mesa-redonda 2: *Continuação...*

DANEZI, Elisabete Quintiliano (SME/Batatais)
 LIMA, Eliana Siena de (SME/Batatais)
 OLIVEIRA, Fabiana Karina de (SME/Batatais)
 PACHETI, Marta Luzia (SME/Batatais)
 SANTOS, Fabiana Cassia dos (SME/Batatais)
 ZANETTI, Dulce Maria de Almeida (SME/Batatais)
 VASCONCELOS, Juliane Dayrle (PPGEEs/UFSCar)
 ROMANO, Soraia (PPGEEs/UFSCar)
 COSTA, Pollyana Ladeia (PPGEEs/UFSCar)
 MILHOMEM, Walkyria de Araújo (PPGEEs/UFSCar)

17/11/2022: 14h-18h – SESSÃO 2 DE COMUNICAÇÕES ORAIS
 A SEMENTE PLANTADA: PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELOS EGRESSOS DO
 GP-FOREESP

15. RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DURANTE O ENSINO REMOTO: PERSPECTI-
 VA DOS PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

SILVA, Aline Maira da (PPGE/UFGD)

16. FORMAÇÃO COLABORATIVA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO
 ESCOLAR E GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP)

17. PLANEJAMENTO DO ENSINO PARA O ALUNO PÚBLICO-ALVO DA EDU-
 CAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

18. A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM ENSINO COLA-
 BORATIVO PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

19. ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
 NO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE – IMS/UFBA

LAGO, Danúzia Cardoso (UFBA)
 ANDERSON, Delmo (UFBA)
 BENEVIDES, Janeísa Botelho Barros (UFBA)
 SOUZA, Josemary da Guarda de (UFBA)
 SILVA, Marta Maria (UFBA)
 CONCEIÇÃO, Viviane Fernandes da (UFBA)

20. AS REPRESENTAÇÕES DA DEFICIÊNCIA POR TERAPEUTAS OCUPACIO-
 NAIS QUE ATUAM NA REABILITAÇÃO

CALHEIROS, David dos Santos (UNCISAL)
 SANTOS, William Miguel Lôbo dos (UNCISAL)

21. PROCESSOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR
ZANATA, Eliana Marques (PPGDEB/UNESP)
22. DESENVOLVIMENTO, APRIMORAMENTO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS, EM PLATAFORMA MOBILE, VOLTADOS AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
TANNÚS-VALADÃO, Gabriela (SME/Uberlândia) ALVES, Carla Barbosa (SME/Uberlândia) SILVA, Larissa Maciel Gonçalves (SME/Uberlândia) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
23. ACESSO À TECNOLOGIA ASSISTIVA E À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COMO DESAFIOS À ESCOLARIZAÇÃO: QUESTÕES ANTIGAS?
LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)
24. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS
TORRES, Josiane Pereira (PPGE/UFMG)
25. ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA SOCIOBIOPSIOLÓGICA: GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO
CABRAL, Leonardo Santos Amâncio (PPGEEs/UFSCar)
26. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIFESSPA
CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA) REUTER, Carla Andreza Correa (UNIFESSPA) SANTOS, Lúcia Cristina Gomes dos (UNIFESSPA) LIMA, Mayra Barbosa Sindeaux (UNIFESSPA)
27. FORMAÇÃO CONTINUADA DE EQUIPES ESCOLARES NA PERSPECTIVA DA CULTURA INCLUSIVA E COLABORATIVA NAS ESCOLAS DA AMAZÔNIA AMAPAENSE
SILVA, Maria do Carmo Lobato da (UNIFAP) SILVA, Caroline Louise Pinheiro da (UNIFAP)
28. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – GEPES
MARTINS, Morgana de Fátima Agostini (PPGE/UFMG)
29. LINGUAGEM DE SINAIS COMO COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA PARA PESSOAS COM AUTISMO: O ESTADO DA ARTE
ARAÚJO, Rayanna Camilla dos Santos (UESPI) PINHEIRO, Nadja Carolina de Sousa (UESPI) GOMES, Auryelle dos Santos (UFCEG)

30. AÇÕES DE INDENIZAÇÃO E O DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA PAULISTA (2016-2019)
TIBYRIÇÁ, Renata (Defensoria Pública do Estado de São Paulo e PPGEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEs/UFSCar)
31. CRIANÇAS NEGRAS, DEFICIÊNCIAS E INTERSECCIONALIDADES: MAPEANDO UM CAMPO DE ESTUDOS
TINÔCO, Saimonton (UFRB) SOUZA, Fernanda (IFSP)
32. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO COMUM CONSIDERANDO OS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
MAGGIONE, Sheila Moreira da Rocha (IFES) MILANESI, Josiane Beltrame (IFES)
33. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DO SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA REALIZADOS NO PERÍODO DE 2010 A 2018
VICTOR, Sonia Lopes (PPGE/UFES) SARVERGNINI, Amanda Costa Camizão (PPGE/UFES) CONDE, Patrícia Santos (PPGE/UFES)
34. COLABORAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS, PRÁTICAS E CULTURAS MAIS INCLUSIVAS
CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (PPGPDA/UNESP)
35. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: RECURSOS, SERVIÇOS E METODOLOGIAS ESPECIALIZADAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR
BORGES, Wanessa Ferreira (PPGE/UFCAT) TARTUCI, Dulcéria (PPGE/UFCAT) FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT) SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa da (PPGE/UFCAT) SANTOS, Cristiane da Silva (PPGE/UFCAT) SANTOS, Gessiene Soares dos (UFG/RC) CARVALHO, Débora Carla de Souza (UEG) MOURA, Celsineide Mendes de (UFCAT) COSTA, Márcia Macedo (UFU) FERREIRA, Stefany Alves (UFCAT) TEIXEIRA, Priscila Gervásio (UFU)

36. SUJEITOS, DIRETRIZES POLÍTICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR EM GOIÁS

TARTUCI, Dulcéria (PPGE/UFCAT)
 FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)
 RESENDE, Wanessa Ferreira Borges (PPGE/UFCAT)
 SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa da (PPGE/UFCAT)
 OLIVEIRA, Dayanne Cristina Moraes de Deus e (PPGE/UFCAT)
 TEIXEIRA, Priscila Gervásio (UFU)
 TRISTÃO, Tatielle Esteves de Araújo (PPGE/UFCAT)
 BERNARDES, Thamires Ferreira Generali (PPGE/UFCAT)

18/11/2022: 9h-12h

MESA-REDONDA 3: ESTUDO DA PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

BRUEL, Ana Lorena (PPGE/UFPR)
 KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (PPGE/UFMS)
 LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (PPGEEs/UFSCar)
 MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
 PRIETO, Rosângela Gavioli (PPGE/USP)
 SCHNEIDER, Gabriela (PPGE/UFPR)

18/11/2022: 14h-18h

SESSÃO DE PÔSTERES: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS

37. PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORES DO ENSINO COMUM E ESPECIALIZADO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

BUENO, Adriana Correa (PPGEEs/UFSCar)
 VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

38. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

SILVA, Amanda Santana Gomes (PPGEEs/UFSCar e Secretaria de Educação de São Paulo)
 MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

39. POSSIBILIDADES DE UM CURSO MOOC PARA FORMAÇÃO EM COENSINO

MILLAN, Ana Elisa (PPGEEs/UFSCar)
 VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

40. AS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: LEVANTAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL E AÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

VOLANTE, Daniele Pinheiro (PPGEEs/UFSCar)
 VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

41. ANÁLISE DOCUMENTAL DA BNCC PARA A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS OPERACIONAIS
SILVA, Déborah Maciel Vieira Cruz (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
42. A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA AMAPAENSE
LIMA, Ilene Diniz Sacramento (PPGEEs/UFSCar) VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)
43. DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO PARA O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO EM PLATAFORMA DIGITAL
SANTOS, Jéssica Rodrigues (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar) VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)
44. FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE TRABALHO COLABORATIVO E SISTEMA DE SUPORTE MULTICAMADA PARA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS EDUCACIONAIS DA PANDEMIA DE COVID-19
COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
45. MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS EM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AMPLIADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS
GUIMARÃES, Luciana Carlena Velasco (PPGEEs/UFSCar e IFAP) LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)
46. FORMAÇÃO DOCENTE PARA FOMENTO DA COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE SALA COMUM E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
COSTA, Luis Gustavo da Silva (PPGEEs/UFSCar) VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)
47. INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA
LOPES, Mariana Moraes (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
48. SISTEMA DE SUPORTE MULTICAMADAS: IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DE CONSULTORIA COLABORATIVA
GONZAGA, Mariana Viana (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
49. ALUNO APOIANDO ALUNO: APRENDIZAGEM COOPERATIVA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
COSTA, Pollyana Ladeia (PPGEEs/UFSCar) MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

50. FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE DUA NO PÓS-PANDEMIA

ROMANO, Soraia (PPGEEs/UFSCar)
ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP)
MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

51. FORMAÇÃO DOCENTE EM ENSINO DIFERENCIADO: DESAFIOS DAS HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA EM CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO

MILHOMEM, Walkyria de Araújo (PPGEEs/UFSCar)
MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)
SANTOS, Keisyani da Silva (PPGEEs/UNIFESP)

RESUMOS DOS PROJETOS DE PESQUISA EM REDES COLABORATIVAS DE PESQUISA

DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO ACERCA DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM CONTEXTOS MUNICIPAIS

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)

MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante (Profei-UNIFESSPA)

FLORES, Maria Marta (PPGE/UFCAT)

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, prevê a necessidade de estudos visando desenvolver procedimentos e instrumentos de avaliação e acompanhamento das metas estabelecidas nas políticas educacionais para os próximos 10 anos. A Meta 4 do PNE estabelece objetivos para a política de inclusão escolar, e o presente projeto tem como objetivo desenvolver e aperfeiçoar instrumentos de avaliação e acompanhamento da política de inclusão escolar, em contextos municipais, a partir do referencial analítico da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP). Trata-se de pesquisa em rede de pesquisadores das cinco regiões brasileiras (Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), com delineamento multimétodo. Os estudos simultâneos serão realizados pelo menos em um município de cada região, e os participantes serão os professores (de classe comum e especializados), gestores educacionais e municipais, estudantes PAEE, seus respectivos familiares e outros profissionais envolvidos na escolarização de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (profissionais

de apoio, de equipes multiprofissionais, intérpretes etc.). Em cada local pesquisado serão realizadas três etapas, sendo a primeira com foco no estudo do contexto de influência, a segunda no estudo do contexto de produção de texto, e a terceira no contexto de prática. Para a primeira etapa será realizada uma pesquisa documental, bem como entrevistas individuais com ex-funcionários da educação do município. Na segunda etapa será realizado um estudo documental baseado em publicações oficiais do município e do estado. Na terceira etapa serão feitas entrevistas individuais semiestruturadas com aplicação de questionários fechados informatizados, com uma amostra dos participantes. A análise dos dados será pautada na metodologia analítica da ACP, com o auxílio dos *softwares* Atlas.ti e o SPSS, para o tratamento e a análise dos dados. Como resultados, espera-se o aperfeiçoamento de instrumentos e procedimentos de avaliação multidimensional da política de inclusão escolar, a análise da política dos cinco municípios investigados, além do desenvolvimento de indicadores que permitam a avaliação e o monitoramento de políticas de inclusão escolar em contextos locais.

Palavras-chave: Educação Especial. Política de Inclusão Escolar. Abordagem do Ciclo de Políticas.

PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA PARA MITIGAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DECORRENTES DA PANDEMIA DE COVID-19: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR (PAC-COVID-19)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

LOURENÇO, Geresa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)

ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP)

SANTOS, Keisyane da Silva (PPGEEs/UNIFESP)

PEDROSA, Cristina Cinto Araujo (PPGEDU/USP-RP)

SILVA, Márcia Alíma Bonfá da (SME/Batatais)

JUNQUEIRA, Victor Hugo (SME/Batatais)

BÉRGAMO, Ana Faria (SME/Batatais)

CASTRO, Juliana Santos de (SME/Batatais)

CONUNCHUC, Elizângela Cerce (SME/Batatais)

COSTA, Cristiane Augusta (SME/Batatais)

DANEZI, Elisabete Quintiliano (SME/Batatais)

LIMA, Eliana Siena de (SME/Batatais)

OLIVEIRA, Fabiana Karina de (SME/Batatais)

PACHETI, Marta Luzia (SME/Batatais)

SANTOS, Fabiana Cassia dos (SME/Batatais)

ZANETTI, Dulce Maria de Almeida (SME/Batatais)

VASCONCELOS, Juliane Dayrle (PPGEEs/UFSCar)

ROMANO, Soraia (PPGEEs/UFSCar)

COSTA, Pollyana Ladeia (PPGEEs/UFSCar)

MILHOMEM, Walkyria de Araújo (PPGEEs/UFSCar)

O avanço da pandemia de Covid-19 demandou o fechamento das escolas e a implementação do ensino remoto das mais variadas formas, o que acentuou a desigualdade educacional em função das diferenças: no acesso a equipamentos e qualidade de internet (para professores e famílias), nas habilidades com as tecnologias de informação e comunicação (de pais, alunos e professores), nos impactos (sociais, emocionais, psicológicos e econômicos) da pandemia sobre os envolvidos e no suporte recebido dos sistemas

de ensino para a implementação do ensino emergencial remoto. No presente, a reabertura das escolas demanda melhora na capacidade institucional de responder adequada e efetivamente à diversidade e às desigualdades impostas aos alunos, e, por isso, o emergente problema de pesquisa é o de como enfrentar as desigualdades educacionais acentuadas pelos impactos do contexto pandêmico. Nesse sentido, os achados das pesquisas sobre inclusão escolar, cuja missão tem sido a de buscar respostas às necessidades educacionais especiais diferenciadas de determinados estudantes, podem contribuir na oferta de estratégias de ensinar contemplando a diversidade e desigualdade entre alunos. O presente projeto tem como objetivo geral melhorar a capacidade das escolas de responder à diversidade dos alunos via desenvolvimento, avaliação e implementação de um programa abrangente de desenvolvimento profissional de professores sobre inovações apontadas pela literatura sobre política de inclusão escolar, com vistas a mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19. Um estudo baseado na metodologia da pesquisa-ação colaborativa envolvendo a escola como um todo será adotado em função de seus objetivos híbridos de produzir conhecimento e formar profissionais da escola. Será desenvolvido, implementado e avaliado um programa de formação com 70 horas de duração para 42 profissionais da rede pública de ensino, contendo cinco módulos: a) Sistema de Suporte Multicamada, b) Trabalho Colaborativo e Cultura Inclusiva Escolar, c) Desenho Universal para a Aprendizagem, d) Abordagem do Ensino Diferenciado e e) Aprendizagem Cooperativa. Cada módulo envolverá um ciclo de estudo teórico do tema e elaboração de um plano de intervenção pelos participantes do programa, implementação pelos professores de 13 turmas de alunos (do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental) e avaliação dos resultados. Esse ciclo de formação, planejamento, implementação em uma escola e avaliação se repetirá para cada um dos cinco módulos. Esperamos que os resultados contribuam para a descoberta de componentes de programas de formação efetivos para promover a melhoria do ensino para todos, que contemplem a diversidade dos estudantes e que contribuam para reduzir as desigualdades educacionais promovidas pela pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Covid-19. Desigualdades Educacionais. Inclusão Escolar. Formação. Pesquisa-Ação Colaborativa.

ESTUDO DA PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

BRUEL, Ana Lorena (PPGE/UFPR)

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (PPGE/UFMS)

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

PRIETO, Rosângela Gavioli (PPGE/USP)

SCHNEIDER, Gabriela (PPGE/UFPR)

O presente estudo visa investigar a aprendizagem de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial na Educação Básica, tendo como dados o desempenho dos alunos nas provas em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As fontes de dados serão o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica dos cinco últimos anos de realização de exames (2011, 2013, 2015, 2017 e 2019). A primeira etapa do estudo visou a familiarização com os processos e instrumentos de coleta de dados do Censo Escolar e do Saeb, nos últimos cinco anos nos quais dados foram coletados. Num segundo momento, foram estudados os documentos de referência e instrumentos do Saeb e do Censo Escolar com a finalidade de analisar as questões e instruções referentes à participação do Público-Alvo da Educação Especial nos dois sistemas de coleta de dados. Além de promover a familiaridade com os processos de coleta de informações, buscou-se contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos no tocante a esses construtos. Na terceira etapa estão sendo feitas análises da proficiência de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial em Língua Portuguesa e Matemática, nos terceiros e quintos anos do Ensino Fundamental, com o intuito de comparar resultados entre estudantes PAEE e população escolar geral, entre as diferentes categorias de estudantes PAEE e gênero. Estudos futuros irão comparar a evolução entre anos e ao longo da série histórica estudada (2011-2019).

Palavras-chave: Censo Escolar. Saeb. Formulários. Acessibilidade física escolar. Infraestrutura escolar.

ESTUDOS SOBRE ANÁLISE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR: RESUMOS DA SESSÃO 1 DE COMUNICAÇÕES ORAIS

1. ANÁLISE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ÓTICA DAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES PAEE ACERCA DOS SERVIÇOS DE APOIOS À INCLUSÃO ESCOLAR

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

O estudo teve como objetivo analisar a política de inclusão escolar na ótica das famílias dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) acerca dos apoios recebidos por seus filhos em escolas regulares. Fundamentado na Abordagem do Ciclo de Políticas e no estado da arte dos estudos com famílias de estudantes do PAEE, teve delineamento multimétodo, com triangulação dos dados (da política nacional e local) e do contexto de influência do município. A análise dos documentos demonstrou aproximações, afastamentos e contraposições entre as políticas educacionais nacionais traduzidas no âmbito local, tendo em vista as conveniências e influências históricas e organizações da Educação Especial da localidade investigada. No município, observou-se forte parceria com o setor filantrópico. No contexto da prática, entrevistaram-se 67 famílias de estudantes PAEE que frequentavam sete escolas da rede municipal, e utilizou-se um instrumento denominado Questionário de Apoio à Inclusão Escolar (Quapoie-FA), inserido na plataforma *survey* em *tablet*. As respostas dos familiares foram transformadas em dados quantitativos, produzindo índices, numa escala de

zero a dez, que permitiram qualificar a política. Agruparam-se as respostas dadas pelos familiares em um quesito contendo 10 indicadores e 37 itens. O índice total do quesito, que avaliou os serviços de apoio, totalizou 7,6 (bom). Quanto ao indicador que avaliou a participação no processo de identificação para a elegibilidade dos estudantes PAEE, obteve-se valor de 6,8 (bom); no apoio recebido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), os índices totalizaram 7,8 (bom); no recebimento do apoio na alimentação, totalizaram 3,3 (fraco); no recebimento do apoio na comunicação, somaram 7,2 (bom); no recebimento do apoio na higiene pessoal, 5,5 (regular); no recebimento do apoio na locomoção, obteve-se a soma de 6,9 (bom); na indicação da certificação da terminalidade específica, o total foi de 9,5 (muito bom); no desenvolvimento acadêmico dos estudantes PAEE, 6,8 (bom); no rendimento escolar dos estudantes PAEE, 8,4 (muito bom); e na participação de provas em larga escala os índices somaram 5,4 (regular). No geral, observa-se satisfação dos pais com relação aos serviços prestados, e isso ocorre mesmo quando são identificados distanciamentos de compreensão e interpretação das políticas que regem as propostas legais federais e locais. Notaram-se fragilidades com relação a essa aproximação. Conclui-se que o ideal seria estreitar a comunicação entre as escolas e as famílias para que estas conheçam as propostas do AEE, bem como a necessidade da contratação dos Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) e, conseqüentemente, mais informações acerca do desenvolvimento acadêmico dos estudantes, sobretudo sobre a participação nas provas de larga escala. Enfim, faz-se necessário aumentar os níveis de colaboração, tendo em vista a necessidade de maximizar as iniciativas por parte das escolas no envolvimento dos beneficiários da política na figura das famílias, que se encontram invisibilizadas perante o processo de construção, reinterpretação e recontextualização dessa política.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Serviços de Apoio à Inclusão Escolar. Indicadores. Famílias de estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

2. A ÓTICA DOS ESTUDANTES DO PAEE SOBRE O CONTEXTO DE PRÁTICA DA POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO EM UM MUNICÍPIO PAULISTA

SEBIN, Bruna Raffaini (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

Tendo em vista que o Plano Nacional de Educação recomenda a realização de estudos com o objetivo de acompanhar as metas das políticas educacionais, o objetivo deste estudo foi analisar a política de escolarização do PAEE no contexto de um município, sob a ótica dos estudantes. Este estudo é parte do projeto-matriz que teve como meta realizar uma avaliação multidimensional na perspectiva de diferentes atores, sobre os quais as políticas de escolarização dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) incidem diretamente. As discussões foram ancoradas na perspectiva da Abordagem do Ciclo de Políticas, considerando as pesquisas envolvendo estudantes do PAEE como atores. O delineamento do estudo envolveu uma pesquisa multimétodo, com base na perspectiva analítica, que oferece a possibilidade de interpretar as informações de forma quantitativa e qualitativa, visando uma complementação dos resultados. O estudo foi conduzido em um município de pequeno porte no estado de São Paulo e envolveu sete escolas da rede municipal de ensino (Ensino Fundamental I e II). Os participantes foram 65 estudantes do PAEE matriculados nessa rede, sendo 56 do Ensino Fundamental I e 9 do Ensino Fundamental II. Para coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos: dois questionários fechados (Quapoie-ALI e ALII) e um roteiro de entrevista semiestruturado. Os dados dos questionários foram coletados por meio da plataforma SurveyAnyPlace (offline) e, posteriormente, salvos em planilhas, gerando o banco de dados quantitativo. A segunda etapa da coleta de dados (entrevista em grupo) foi realizada com cinco participantes, e utilizou-se o roteiro semiestruturado. Para análise de dados quantitativos, foram criados critérios de pontuação dos itens, que foram agrupados em 15 indicadores, e estes, em seis quesitos. Após a conversão das respostas geradas no banco de dados para dados numéricos (com base nos critérios estabelecidos), foram calculadas as médias aritméticas para cada um dos indicadores e quesitos, e uma média geral do município estudado. Os relatos obtidos na entrevista em grupo foram transcritos na íntegra, e trechos foram selecionados para ilustrar e embasar os dados quantitativos.

O termo Índice da Análise da Política de Inclusão Escolar pelos Alunos (IA-POIE-A) é utilizado como referência ao índice geral de cada escola, gerado a partir das médias dos quesitos. Os Quesitos I – Participação (7,1 – bom), III – Avaliações (6,6 – bom), IV – Relacionamentos (7,1 – bom) e V – Autoavaliação (8,2 – muito bom) foram bem avaliados pelos estudantes PAEE, enquanto os Quesitos II – Apoios e serviços específicos (5,5 – regular) e VI – Acessibilidade (5,6 – regular) necessitam de uma maior atenção e investimento por parte da gestão, dos professores e, principalmente, da política de inclusão escolar adotada pelo município. O índice geral do município foi considerado bom (6,3). De modo geral, conclui-se: a) os questionários utilizados necessitam de aperfeiçoamento; b) a entrevista em grupo com os estudantes foi desafiadora, e os dados foram sucintos em virtude da complexidade de incitar e manter diálogos profundos; e c) os estudantes do PAEE, mesmo dentro dos desafios da coleta, demonstraram que suas perspectivas são únicas e suas vozes são fundamentais na elaboração de políticas de escolarização. Espera-se que o presente estudo contribua para a área da Educação Especial e que as vozes dos estudantes sejam ouvidas e valorizadas.

Palavras-chave: Educação Especial. Escolarização do Público-Alvo da Educação Especial. Análise de Política. Estudantes do Público-Alvo da Educação Especial.

3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

KUHN, Cleuza (PPGE/UFPR)

MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)

Frente às dificuldades em identificar, encaminhar e atender os estudantes com altas habilidades/superdotação (AH/SD), tem-se mostrado evidente a necessidade de avaliar esse atendimento ofertado na rede pública de ensino. Com objetivo geral de analisar as políticas de inclusão voltadas a estudantes com AH/SD e como são traduzidas pelos professores das Salas de Recursos Multifuncionais específicas para AH/SD, espaço onde acontece o Atendimento Educacional Especializado ofertado pela Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, esta pesquisa baseia-se na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), desenvolvida pelos pesquisadores ingleses Stephen Ball e

Richard Bowe (1992). Dessa maneira, o presente estudo está estruturado em três contextos da ACP, o da influência, o do texto e o da prática. No primeiro, foram analisadas influências exercidas desde as primeiras políticas em que estudantes com AH/SD passam a ser contemplados, quando ainda faziam parte do grande guarda-chuva *excepcionais*, termo herdado das políticas norte-americanas. Por isso, a influência dos Estados Unidos transformou-se no foco de pesquisa desse eixo, seguida pelos organismos internacionais representados por documentos resultantes de congressos e declarações sobre educação, em especial a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Para o segundo contexto, da produção de texto, foram selecionadas para análise as seguintes políticas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigência (LDBEN 9.394/96); a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEI (2008); o Decreto 7.611/11, o qual revoga o Decreto 6.571/08, que estabelece as diretrizes operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação; a Portaria Ministerial 13/2007, que oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos Público-Alvo da Educação Especial, o qual se constitui num espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional especializado em Educação Especial, que desenvolverá atividades de ampliação e/ou suplementação de conteúdos; o documento que orienta a criação e o funcionamento dos Núcleos de Atividades aos Alunos com Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S); a Lei 13.234/15, que dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na Educação Básica e Superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; e a Deliberação CEE/PR 02/16, que estabelece Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. As conclusões preliminares indicam que a inclusão de estudantes com AH/SD dentro do Público-Alvo da Educação Especial se deu, em grande parte, por influência dos Estados Unidos durante o período da ditadura, permanecendo nos textos das políticas subsequentes desde a década de 1960. Além disso, os documentos internacionais que vêm propondo a inclusão escolar ainda priorizam as deficiências em seus textos, invisibilizando esses estudantes nas escolas, o que resulta em baixo índice de identificação e compromete o direito à educação segundo suas especificidades. O último contexto, de prática, ainda em andamento, se dará pela aplicação de questionário adaptado à área das AH/SD, bem como serão realizados três grupos focais de três núcleos de ensino, distribuídos em

diferentes regiões do estado, tendo como foco os professores das 205 Salas de Recursos Multifuncionais para altas habilidades/superdotação da rede pública estadual do Paraná. Espera-se que o trabalho possa contribuir para compreensão da produção de políticas voltadas para as altas habilidades/superdotação e de como são traduzidas nas práticas dos professores de AEE das AH/SD, em especial no estado Paraná.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Atendimento Educacional Especializado. Abordagem do Ciclo de Políticas. Inclusão Escolar.

4. AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA DA FAMÍLIA

DUTRA, Joelma Fernanda de Sales Carneiro (PPGE/UFCAT)

FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)

O presente estudo está vinculado ao projeto-matriz intitulado “Desenvolvimento de processos de avaliação e monitoramento acerca de políticas de inclusão escolar”, sob a coordenação da Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes, e tem como objetivo analisar as Políticas Públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na ótica da família, pais ou responsáveis dos alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), matriculados em três escolas do estado de Goiás. As questões que nortearam este estudo foram: Como as famílias percebem o processo de escolarização e os apoios ofertados aos seus filhos/familiares estudantes do PAEE? Como as políticas têm refletido, sob a ótica familiar, no processo de escolarização dos estudantes do PAEE? A metodologia empregada para responder às questões teve como aporte teórico a Abordagem do Ciclo de Políticas. Dentre os três contextos discutidos na abordagem, deu-se ênfase ao contexto de prática, ou seja, contexto em que as políticas se efetivam e se tornam ações que envolvem todo o processo de escolarização, considerando um cenário de análise das políticas voltadas para a educação. Para tanto, um questionário desenvolvido no projeto-matriz foi aplicado a 12 familiares, para que respondessem como eles percebem a efetivação das políticas voltadas para os estudantes do PAEE. Os dados permitiram realizar análises quantitativas e qualitativas sobre a política de inclusão escolar. Tinha-se em mente a necessidade de os familiares terem melhor compreensão sobre as políticas, para que pudessem abastecê-las de um saber qualificado para influenciar mais no campo de recontextualização pedagógica e, assim, produzir narrativas

alternativas que auxiliassem a progredir nos efeitos da política em reduzir desigualdades históricas e promover justiça social, dando voz aos familiares, considerados beneficiários diretos das políticas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Especial. Família. Inclusão Escolar. Política Pública.

5. FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DOCENTES DA UNIFESSPA: UMA ANÁLISE SOBRE INDICADORES DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

SANTOS, Katiane Silva dos (UNIFESSPA)

CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA)

OLIVEIRA, Ana Caroline dos Santos (UNIFESSPA)

A inclusão na Educação Superior do público de alunos com deficiência tem exigido transformações nas políticas institucionais e suscitado desafios à prática docente. Este estudo integra uma rede de pesquisa internacional que sistematiza indicadores de inclusão no contexto universitário, dialogando com trajetórias de docentes na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e analisando experiências de docentes com alunos que apresentam necessidades específicas. Como docentes universitários significam suas práticas e experiências com alunos com deficiência? Que indicadores de inclusão se expressam nas falas de docentes? A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, com o uso de questionários on-line abrangendo dados de perfil formativo e atuação profissional, relatos e reflexões dos docentes participantes sobre sua experiência pedagógica com alunos com deficiência em contexto universitário. Os desafios no desenvolvimento didático das disciplinas dos diferentes cursos de graduação estimularam a busca e o desenvolvimento de estratégias e ferramentas pedagógicas na perspectiva inclusiva. Evidenciaram-se lacunas na formação de professores, orientando para medidas institucionais que atendam necessidades formativas de docentes da UNIFESSPA de modo a garantir condições propícias ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. As práticas docentes necessitam ser orientadas por conhecimentos pedagógicos e para efetividade de serviços em Educação Especial. Diálogos com alunos com deficiência sobre suas necessidades específicas e a atuação docente aprimoraram o ensino e propiciaram aprendizagens na formação acadêmica dos cursos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Docência. Práticas Inclusivas.

6. ANÁLISE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

FERREIRA, Laiane (PPGE/UFPR)

MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)

A inclusão da pessoa com deficiência tem sido discutida ao longo dos anos em diversos âmbitos sociais, em uma busca por meios e métodos de fazer cumprir os direitos garantidos na lei. No âmbito educacional essa discussão se arrasta à medida que novas leis são criadas e outras são esquecidas, terminologias são modificadas e novas perspectivas são descobertas no ato de incluir. Regidos pelos documentos legais, os processos inclusivos movimentam-se com dificuldade no Brasil, uma vez que a inclusão no contexto do texto não se aplica ao contexto da prática com tanta facilidade, e esses documentos e normas muitas vezes negam as especificidades dos sujeitos e a pluralidade cultural do país em que estes habitam. Assim, o objetivo é de analisar as políticas públicas de inclusão educacional, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por meio do Atendimento Educacional Especializado no município de Marabá-PA, focando na inclusão de estudantes com deficiência intelectual (DI). Os sujeitos da pesquisa foram professoras das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e a coordenadora do departamento municipal de Educação Especial. As participantes responderam a um questionário elaborado previamente pela equipe de pesquisa: o Questionário de Avaliação da Política de Inclusão Escolar: Professor Especializado (Quapoe-PE), com questões estruturadas, fechadas, enviadas para as professoras por meio de plataformas on-line. Os dados obtidos possibilitaram a análise da política de inclusão no contexto da prática dessas professoras, seguindo a Abordagem do Ciclo de Políticas proposta por Stephen J. Ball. Fizemos ainda um levantamento bibliográfico das políticas de Educação Especial vigentes para análise segundo os contextos da ACP. Os resultados evidenciaram que a política de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva tem enfrentado dificuldades para sua efetivação no município estudado, mas graças aos esforços das professoras, mesmo com as inúmeras dificuldades existentes, ela tem se efetivado. As professoras e a coordenação participante apontaram ainda a falta de políticas municipais que auxiliem na efetivação da inclusão, que contemplem as especificidades do município e da região em que este está localizado.

Assim, concluímos que a inclusão do aluno com deficiência intelectual no município estudado carece de maior atenção por parte do poder público, e, mesmo que ainda haja um longo caminho a ser percorrido, também houve muitos avanços, tanto em âmbito educacional como em âmbito social.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Inclusão. Políticas Públicas. Marabá.

7. ESTUDANTES COM TEA NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

BORTOLOTTO, Shirley Aparecida dos Santos (PPGE/UFPR)

MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)

Este estudo objetiva analisar a política de inclusão escolar, a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), em municípios do estado do Paraná, sob a perspectiva de professores de diferentes componentes curriculares e professores do Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa foi desenvolvida em escolas da rede pública estadual de ensino com matrícula de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com vistas à triangulação dos dados obtidos do estudo de três contextos. O primeiro estudo, do contexto de influência, envolveu a descrição e análise das influências internacionais no contexto brasileiro, a partir de conferências mundiais dos organismos multilaterais, bem como descrição e análise de âmbito local alicerçada em documentos oficiais da rede estadual de ensino do estado do Paraná. No segundo estudo, do contexto de produções de textos, verificaram-se publicações oficiais dos âmbitos nacional e estadual. No terceiro estudo, a análise do contexto da prática foi a partir da materialização do texto político, reinterpretado pelos professores em suas diferentes formas de atuação, a partir de interpretações próprias acerca de textos oficiais das esferas nacional e estadual paranaense. Sobre a análise do contexto de influência se sobressai a atuação do panorama internacional nas políticas públicas de inclusão escolar no Brasil. Os resultados parciais indicam que a Educação Especial continua tendo um lugar singular, com uma ampla parceria do Poder Público custeando as ONGs, cuja atividade continua a se ampliar a despeito da política de inclusão escolar. Com relação ao contexto de produção de textos, constata-se que o estado do Paraná segue a regra geral da política nacional; entretanto, a oferta do Atendimento Educacional Especializado, na rede pública estadual de ensino, difere da organização posta

na política nacional, indicando interpretações particulares propagadas por meio de deliberações e diretrizes para a modalidade de Educação Especial. Evidencia-se na esfera estadual o resultado direto do acompanhamento da política nacional, sobretudo após a PNEE-PEI (2008), na denominação do serviço de sala de recursos, já instituída nas escolas estaduais, para a denominação de Sala de Recursos Multifuncionais; entretanto, esse serviço é organizado por área de deficiência. Na área do Transtorno do Espectro Autista, especificamente, há a oferta do Professor de Apoio Educacional Especializado, constituindo-se como Atendimento Educacional Especializado no turno da escolarização, mas não há prerrogativa na legislação de âmbito nacional que determine a oferta do professor de apoio para a complementação pedagógica no turno de escolarização. No contexto da prática as dimensões analisadas evidenciaram a efetivação da política na perspectiva dos professores atuantes no ensino comum e professores especialistas da Educação Especial, a partir de uma amostra intencional de conveniência significativa, na medida em que envolve escolas estaduais com matrícula de estudantes com TEA, de diferentes regiões do estado do Paraná, jurisdicionadas aos Núcleos Regionais de Educação do Paraná, que compõem a estrutura organizativa da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Este estudo fez uso de dois instrumentos, a saber: a) Questionário do Professor do Ensino Comum (Quapoie-PC); b) Questionário do Professor de Educação Especial (Quapoie-PE). Em função das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus – Covid-19, a coleta de dados se deu, exclusivamente, por meio remoto. Os questionários utilizados para o estudo tiveram como base os instrumentos desenvolvidos em um estudo anterior do grupo de pesquisa do Projeto “Desenvolvimento de processos de avaliação e monitoramento acerca de políticas de inclusão escolar em contextos municipais”, da Universidade Federal de São Carlos. A análise dos resultados foi organizada para particularizar os resultados da política de inclusão escolar nos municípios estudados, com base nos quesitos e itens, comparando os resultados da análise realizada a partir das respostas de professores do ensino comum e especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Abordagem do Ciclo de Políticas. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar.

8. PROFESSORAS DO ENSINO COMUM E SUAS AVALIAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MARABÁ-PA

CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA)

LIMA, Tarcila Marcelle Virtuozo de (UNIFESSPA)

O estudo analisa como os princípios da educação inclusiva vêm sendo implementados com base na Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) a partir da perspectiva de professoras que atuam no ensino comum no Sistema Municipal de Ensino Público de um município de médio porte da Amazônia Paraense. Utilizou-se como pressuposto metodológico a Abordagem do Ciclo de Políticas – ACP, de Stephen J. Ball, com técnicas qualitativas descritivas da política de Educação Especial do município, correlacionando diretrizes e estratégias do PNE, políticas instituídas e instituintes nas práticas vivenciadas por professoras do ensino comum de escolas públicas municipais. Participaram da pesquisa professoras do ensino comum, durante o ano de 2021, com aplicação de questionários, e uma gestora da Educação Especial na rede de ensino, em sessão de entrevista. Os resultados evidenciam um crescimento de matrículas de alunos Público-Alvo da Educação Especial nas escolas regulares, associado a uma avaliação, por parte das professoras, de prejuízos a um ensino qualificado. As condições necessárias à efetividade dos princípios inclusivos carecem de estratégias eficazes para o cumprimento da Meta 4 do PNE. Conclui-se que há avanços fundamentais em iniciativas da gestão municipal, que têm contribuído com o processo de inclusão escolar, criação de centros especializados, ampliação de Salas de Recursos, investimento em processos de formação continuada; contudo, a avaliação das professoras evidenciou serviços de apoios especializados insuficientes para assegurar o direito à educação dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades e problematizou a formação inicial e continuada, por não atender às demandas dos desafios da prática pedagógica inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Ciclos de Políticas. Professoras do Ensino Comum.

9. AVALIAÇÃO DA META 4 DO PNE EM MARABÁ: OS CICLOS DE POLÍTICAS E A EFETIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INCLUSIVOS

CAVALCANTE, Lucélia Cardoso (Profei/UNIFESSPA)

JUNIOR, Antônio Alves Cavalcante (UNIFESSPA)

NUNES, Alessandra Santos (UNIFESSPA)

FREITAS, Elisnalva Silva de (UNIFESSPA)

ROCHA, Patrícia dos Santos (UNIFESSPA)

Esta pesquisa integra a agenda de estudos de uma rede nacional que busca avaliar processos de implementação de ciclos de políticas públicas voltadas à educação inclusiva na área de Educação Especial. Integra o conjunto de estudos da pesquisa do Observatório Nacional de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, vinculado ao Grupo de Pesquisas sobre Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial (GP-Foreesp), coordenado pela professora Dra. Enicéia Gonçalves Mendes. Com a aprovação do projeto “Desenvolvimento de Processos de Avaliação e Monitoramento acerca de Políticas de Inclusão Escolar em Contextos Municipais”, pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com representantes de todas as regiões brasileiras, o Pará representa a região Norte do país. O estudo tem monitorado a implementação de políticas públicas, especificamente sobre o cumprimento da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que prevê a efetividade do direito à educação aos alunos Público-Alvo da Educação Especial, propondo que estes tenham acesso de forma universal à Educação Básica na faixa de escolaridade dos 4 aos 17 anos, escolarização com qualidade para além do acesso, permanência com aprendizagem, com seguridade da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com oferta preferencial nas Salas de Recursos Multifuncionais. A pesquisa foi iniciada em 2018 com estudo-piloto, e em 2021 e 2022 tem sido realizada a coleta envolvendo o professor do ensino comum, professor do AEE, profissionais intérpretes de Libras, familiares e alunos com deficiência. As aplicações têm ocorrido de forma on-line pelo Google Forms com a colaboração de estudantes de graduação (IC), especialização e mestrado da Unifesspa. Com o recorte inicial no município de Marabá-PA, a pesquisa intitula-se “Implementação do Ciclo de Políticas de Educação Especial no Processo de Inclusão na Educação Básica no sul e sudeste do Pará”. Os resultados iniciais evidenciam avaliações que indicam avanços na implementação de políticas e ações de inclusão na

Educação Básica, na ampliação de serviços em Educação Especial, inserção de novos profissionais como rede de apoio à inclusão escolar, existência de espaços de formação; contudo, há uma avaliação oscilante sobre a qualidade desses serviços e políticas, que demandam melhorias no sistema municipal de educação analisado. Com a ampliação da diversidade dos participantes do estudo, espera-se sistematizar indicadores relacionados à Meta 4 que possam subsidiar políticas públicas na área de inclusão escolar.

Palavras-chave: Ciclos de Políticas. Educação Inclusiva. Educação Especial.

10. APLICAÇÃO PRELIMINAR DAS VERSÕES V DO QUAPOIE-PC E QUAPOIE-PE PARA AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DE PRÁTICA DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR

MORAES, Maiara Cristina (PPGEEs/UFSCar)

LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)

A Política Nacional de Inclusão Escolar na Perspectiva da Educação Inclusiva garante o ensino do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) em escolas de classes comuns, e a sua execução em conjunto com os demais dispositivos legais e planos propostos no país tem sido alvo de estudos nacionais, indicando seus limites e desafios de implementação. O objetivo geral da pesquisa foi descrever e analisar, sob a ótica dos professores de ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado, a política de inclusão escolar vivenciada, colaborando, assim, para o aprimoramento e para a análise da pertinência e qualidade da quinta versão dos instrumentos Quapoe propostos para o estudo. A pesquisa tem abordagem descritiva e qualitativa, as entrevistas ocorreram on-line, gravadas e transcritas, e os instrumentos aplicados foram pontuados numericamente. Contou-se com a participação do gestor de Educação Especial, oito professores do ensino comum e oito professoras de Educação Especial de um município do interior do estado de São Paulo. Dentre as propostas de culturas profissionais de Educação Especial do município pesquisado, tem-se: formação de professores/as, metodologias educacionais, ações compartilhadas e práticas colaborativas. O Atendimento Educacional Especializado é oferecido no contexto material na própria escola em Sala de Recursos Multifuncionais, em centros de AEE públicos e instituições de caráter comunitário, profissionais ou filantrópicas conveniadas à Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente

no contraturno. O município baseia-se pelo contexto externo a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, dando suporte técnico, teórico, instrumental e material para o desenvolvimento do projeto educacional. Algumas das propostas são: a busca por redes de apoio, como saúde, assistência social, cultura, esporte e transporte; formação continuada de profissionais da educação; subsídio para instituições conveniadas para a ressignificação do AEE, Educação Básica e EJA. Por fim, verificou-se que algumas questões propostas necessitam de mais explicações de definições dos termos, a reformulação no enunciado e a necessidade de ampliar alternativas propostas nessa versão dos instrumentos. Considera-se que a proposta atingiu os objetivos estabelecidos neste estudo.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Política. Instrumentos de Avaliação.

11. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLA PARTICULAR DE ENSINO

NASCIMENTO, Milena Viana Medeiros Barbosa do (PPGE/UFPI)

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)

O processo de inclusão vem sendo muito discutido no âmbito da Educação, sobretudo a partir de meados da década de 1990, quando entram em discussão documentos internacionais e nacionais que a definem como forma a ser adotada na educação do Público-Alvo da Educação Especial. Recentemente, a política do governo centralizou-se na implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, definindo como necessária a formação do professor especialista para atender a esse alunado nesse espaço. Observa-se, contudo, que se trata de um serviço “tamanho único”, que visa atender a todo o Público-Alvo da Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais, o que traz implicações sérias quanto ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido não só pelo professor especialista, mas também pelo professor da classe comum. Este estudo caracteriza-se como qualiquantitativo do tipo estudo de caso. Participaram da pesquisa 15 professores da rede particular de ensino que atuam com alunos do Público-Alvo da Educação Especial, a Coordenadora do Serviço de Inclusão da escola e a Coordenadora do Ensino Fundamental. Adotou-se como instrumento o Questionário de Avaliação de Política de Inclusão Escolar: Professor da Classe Comum, elaborado para o Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Os resultados apontam que o trabalho pedagógico é realizado na classe comum na instituição pesquisada, constituindo-se em grande diferencial quando se compara com as escolas públicas que atendem a esses alunos no contraturno. Os participantes do estudo têm formação superior, a maioria em outras áreas que não a Pedagogia, e somente duas professoras têm especialização em Educação Especial, o que vai ao encontro do que determina a legislação quanto a ter professores capacitados nas classes comuns. Além disso, na perspectiva dos professores, a formação constitui um grande desafio. O acesso e a permanência dos alunos do Público-Alvo da Educação Especial é superior à média nacional. Há também distinta articulação entre o professor da classe comum e o especializado, assim como a criação de duas Salas de Recursos. Por fim, a excelente qualidade na infraestrutura torna a proposta de inclusão na instituição um processo enriquecedor para todos da comunidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas.

12. INTERFACES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA ACREANA

MARTINS, Nayra Suelen de Oliveira (PPGE/UFPR e UFAC)

MOREIRA, Laura Ceretta (PPGE/UFPR)

A tese intitulada “Interfaces das políticas de Educação Especial e educação do campo no contexto da Amazônia acreana” fez referência a um estudo realizado na cidade de Cruzeiro do Sul, localizada no interior do estado do Acre. Teve como objetivo geral analisar como se configuram as políticas públicas de interfaces entre Educação Especial e educação do campo no contexto da diversidade da Amazônia acreana. A partir do objetivo maior, traçamos os seguintes objetivos específicos: analisar o contexto de influência, a partir dos aspectos dos organismos internacionais, compreendendo como estes influenciaram a política pública da educação brasileira; compreender e analisar, no contexto de produção de texto, as políticas públicas de Educação Especial e de educação do campo, assim como a interfaces entre as modalidades; analisar o contexto da prática, enfatizando

a política de escolarização dos alunos PAEE nas interfaces entre Educação Especial e educação do campo, tendo como base a percepção dos professores do ensino comum e professores especialistas da educação do campo. A abordagem teórico-metodológica escolhida para o estudo foi o Ciclo de Políticas (ACP), que compreendeu o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. Os dados foram coletados por meio de questionários, entrevistas e análise documental, com a participação de 74 professores do ensino comum, 16 professores especialistas da escola do campo e cinco professoras orientadoras do Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão. Os dados foram organizados em gráficos e tabelas, utilizando o Ciclo de Políticas para análise fundamentada, e dialogaram com teses e dissertações sobre políticas e interfaces. Os resultados da pesquisa, avaliados por meio de indicadores da política com base na percepção dos professores do ensino comum e professores especialistas, mostraram que as políticas públicas de interfaces entre Educação Especial e educação do campo foram mais bem avaliadas pelos professores especialistas. Os dados do Censo Escolar registram e demonstram a existência de matrículas de alunos PAEE nas escolas do campo, no entanto, ainda existem alunos com necessidades educativas especiais fora do ambiente escolar. Percebemos, também, que as interfaces entre as modalidades se fazem presentes, em processos de construção, contudo, apresentam lacunas que precisam ser sanadas pelas políticas públicas de produção e pelas políticas públicas de/para a prática da escola do campo, na garantia do direito e oferecimento desse direito à Educação Especial aos sujeitos do campo. Fatores como ausência de professores especialistas na escola regular, falta de transporte, falta de materiais e recursos, de acessibilidade, de condições de trabalho, dentre outros elementos, foram apontados pelos professores, mostrando, assim, a precariedade na efetivação das políticas de interfaces na prática das escolas do campo. Essa realidade demanda políticas públicas que considerem os fatores econômicos, sociais e, principalmente, geográficos no interior da Amazônia acreana, onde vivem sujeitos em precárias condições de inclusão escolar. Por fim, acreditamos que as políticas públicas de Educação Especial para o campo precisam ser mais bem construídas, articuladas e efetivadas face à realidade de o que é educar no interior do Acre, cuja população do campo apresenta adversidades e peculiaridades de cultura e de escola.

Palavras-chave: Políticas. Interfaces. Educação Especial. Educação do Campo.

13. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SANTOS, Suellen da Silva (PPGE/UFPI)

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes (PPGE/UFPI)

O movimento pela inclusão de pessoas Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) vem se desenvolvendo gradativamente ao longo das últimas décadas, e, na atualidade, a política pública defendida pelo governo federal que se apresenta com mais evidência é o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desenvolvido em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Nesse sentido, ainda que o AEE auxilie no processo de inclusão, há evidências que apontam dificuldades na sua execução e, conseqüentemente, na garantia efetiva do acesso, da participação e da aprendizagem desses educandos no contexto da escola regular. Este projeto de pesquisa de mestrado está vinculado à linha de pesquisa Educação, Diversidade/Diferença e Inclusão, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Além disso, consiste em estudo desenvolvido no âmbito de pesquisa em rede desenvolvida por distintas universidades brasileiras, entre as quais a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). A pesquisa tem por objetivo analisar, na perspectiva do professor especialista, a política de inclusão escolar na rede municipal de ensino da cidade de Teresina-PI. O trabalho será realizado conforme parâmetros da pesquisa qualiquantitativa, do tipo descritiva. Como instrumentos de coleta de dados, serão utilizados o Questionário de Avaliação da Política de Inclusão Escolar: Professor Especializado (Quapoie-PE – 6ª versão), elaborado por Tannús-Valadão, Santos, Lacerda e Mendes, e roteiro de entrevista semiestruturada com os participantes. Os dados serão analisados a partir da análise de conteúdo. O estudo será realizado com professores especialistas que atendem alunos Público-Alvo da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado do Ensino Fundamental, nas escolas da rede municipal de Teresina-PI.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Inclusão Escolar. Atendimento Educacional Especializado.

14. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES

SANTOS, Vivian (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

Este estudo é parte de um projeto mais amplo que teve como objetivo analisar multidimensionalmente, a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), a política de inclusão escolar em um município paulista sob a ótica de diferentes atores. A presente pesquisa focalizou, especificamente, a perspectiva dos professores. A pesquisa foi desenvolvida em uma rede municipal, envolvendo três estudos. O primeiro estudo, do contexto de influência internacional e local, envolveu uma revisão integrativa da literatura e entrevistas individuais com ex-funcionários da educação no município. No segundo estudo, do contexto de produção de textos, analisaram-se publicações oficiais dos âmbitos nacional (94 textos) e municipal (26 textos). No terceiro estudo, do contexto de prática, foram aplicados questionários fechados a professores da classe comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de entrevistas individuais com questionários estruturados e grupos focais envolvendo 53 professores de classe comum e oito professores do AEE. Do contexto de influência, destaca-se o quanto os organismos multilaterais, com suas conferências e declarações, influenciaram as diretrizes políticas de Educação Especial no Brasil. No âmbito local, observou-se que o município seguiu o movimento nacional, aderindo à política, mas sempre com forte presença da instituição especializada do terceiro setor. No que tange ao contexto de produção de texto nacional, destacam-se quatro períodos históricos, no âmbito nacional, de mudanças na política de escolarização de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), de acordo com o que sinalizaram os documentos: a) 2003-2006: o discurso da inclusão escolar se radicaliza no país a partir de 2004; b) 2007-2010: evidenciam-se radicalismos e tom de confrontação, que se amenizam ao longo do tempo; c) 2011-2016: período marcado por enfrentamentos com a oposição no congresso nacional, o movimento das instituições filantrópicas e o setor privado da educação; e d) 2016-2019: período marcado pela polarização entre revisar ou manter a política nacional de Educação Especial. No âmbito local, o contexto de produção de texto evidenciou três conjuntos importantes de documentos, que visavam: a) regulamentar o AEE; b) regulamentar o convênio de cooperação financeira com a instituição especializada;

e c) traçar o plano municipal de educação e fazer relatórios de acompanhamento. Observou-se que o município em questão, mesmo tendo aderido à política nacional num primeiro momento, ao longo do tempo teve traduções e interpretações próprias. O contexto de prática, analisado por meio das dimensões contextuais com seus indicadores, evidenciou como principais desafios: demanda por formação de professores na área de Educação Especial e falta de carga horária destinada para um planejamento colaborativo entre as professoras de classe comum e do AEE. Tal contexto acarretava dificuldades nas práticas pedagógicas e nas avaliações de aprendizagem dos estudantes do PAEE. Os indicadores de autoavaliação do trabalho docente, do grau de conhecimento e necessidade formativa evidenciaram problemas no tocante à compreensão da política de inclusão escolar e à atuação junto aos alunos PAEE. Professores do AEE tenderam a avaliar melhor a política, em comparação aos professores da classe comum, e isso se explica não só pela formação mais qualificada, mas principalmente pelas diferenças nas condições de trabalho e pela falta de apoio na classe comum. Sugere-se que a avaliação da política possa produzir melhores indicadores a partir de provisões de programas de formação continuada, mudanças na sistemática de apoio do professor do AEE, com ênfase no suporte voltado aos professores da classe comum, e investimentos materiais para melhoria dos espaços de aprendizado dos alunos PAEE. Espera-se que este estudo contribua para o aprimoramento de instrumentos e metodologias para avaliação multidimensional da política de inclusão escolar no país e para o aprimoramento dos estudos sobre políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação Especial. Política de Inclusão Escolar. Abordagem do Ciclo de Políticas.

A SEMENTE PLANTADA: RESUMOS DA SESSÃO 2 DE COMUNICAÇÕES ORAIS DE ESTUDOS DOS EGRESSOS DO GP-FOREESP

15. RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DURANTE O ENSINO REMOTO: PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

SILVA, Aline Maira da (PPGE/UFGD)

A relação entre a escola e a família do aluno com deficiência tornou-se ainda mais importante e necessária durante o período de suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19. Com o objetivo de descrever e analisar como ocorreu a relação entre os familiares dos alunos com deficiência e os professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), foi conduzido estudo quantiquantitativo em duas etapas: aplicação de questionários e reuniões de grupo focal. Na primeira fase, participaram da pesquisa 53 professores que atuam nas SRM de escolas públicas da rede municipal e estadual de Mato Grosso do Sul. Foi criado questionário, utilizando a ferramenta Google Forms, compartilhado entre os participantes por meio do aplicativo WhatsApp. Os participantes foram instruídos a responder as questões considerando o período compreendido entre março e setembro de 2020. Como principais resultados, observou-se que, no período investigado, houve comunicação constante entre os professores responsáveis pelas SRM e a família, sobre o desenvolvimento do aluno e as atividades propostas como parte do ensino remoto durante a pandemia. Além disso, entre as principais ações desenvolvidas, os professores indicaram “orientações aos

familiares de forma remota”. No que diz respeito especificamente ao comportamento familiar durante o ensino remoto, os professores reconheceram que grande parte dos familiares assumiu o papel de orientar e mediar as atividades propostas. Por outro lado, também foi frequente o relato de que uma parcela significativa dos familiares encaminhava as atividades realizadas com atraso. Na segunda fase do estudo participaram cinco professores que atuam em SRM, na rede municipal de ensino de uma cidade de pequeno porte de Mato Grosso do Sul. Como procedimento de coleta de dados, foram conduzidas quatro reuniões de grupo focal on-line, utilizando a ferramenta Google Meet. Cada reunião teve duração aproximada de 30 minutos. Os resultados indicaram que, nas famílias com as quais os professores participantes conseguiram manter contato frequente, o desenvolvimento das atividades teve continuidade. Segundo os participantes, a comunicação entre família e escola reduziu o impacto negativo do distanciamento social no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Foi possível identificar, a partir do relato dos professores, que alguns pais tiveram dificuldades de acesso ou de compreensão para o uso das tecnologias digitais e de comunicação. Além disso, em alguns casos, os pais tinham baixo nível de instrução formal e pouca compreensão das atividades, o que dificultava o processo de orientar seus filhos durante a execução das atividades. Diante desse cenário, os participantes relataram o esforço em organizar atividades remotas considerando o ambiente familiar no qual cada estudante estava inserido. O contexto investigado indicou a relevância do papel dos professores das SRM, enquanto elo entre a escola e as famílias durante o período de atividades remotas. Tendo em vista o retorno às atividades presenciais na escola, é importante refletir sobre em que medida as estratégias utilizadas durante o período de distanciamento social podem contribuir para fortalecer a participação dos familiares no ambiente escolar.

Palavras-chave: Relação Família-Escola. Inclusão Escolar. Covid-19.

16. FORMAÇÃO COLABORATIVA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR E GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP)

Para além da garantia do acesso à educação comum pela via da matrícula, a inclusão escolar de estudantes Público-Alvo da Educação Especial

(PAEE) se refere não só à garantia legal da sua inserção em sala de aula, mas também à implementação de elementos que garantam a sua permanência, condições de acesso ao conhecimento e efetivo aprendizado. Nesse contexto, estudos têm apresentado o ensino colaborativo como alternativa favorável à implementação de práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula. Entretanto, a implementação de um trabalho inclusivo baseado na colaboração entre professores do ensino comum e especial depende de processos formativos. Observa-se que a formação continuada em serviço tem conquistado destaque nas políticas públicas de inclusão escolar, pois, muitas vezes, consegue responder, em curto prazo, aos desafios enfrentados diante da diversidade e/ou complexidade do cotidiano escolar. Além disso, o desenvolvimento de práticas mais universais, pautadas numa perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem, tem demonstrado possibilidades de melhoria da educação para todos. Nesse sentido, o presente trabalho visa apresentar ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas, a partir de 2019, na Faculdade de Educação da USP (Feusp) e na Escola de Aplicação da Feusp, as quais compartilham das premissas da educação em sua perspectiva inclusiva, tema que se insere na agenda de discussões sobre formação inicial e continuada, para a promoção de uma cultura escolar inclusiva colaborativa que tem como foco melhorias no ensino para o êxito na escolarização de estudantes PAEE. Assim, o primeiro projeto a ser apresentado, intitulado “Práticas formativas colaborativas para um ensinar inclusivo e um aprender efetivo”, teve o objetivo geral de implementar, descrever e analisar práticas colaborativas baseadas numa proposta de Atendimento Educacional Especializado na perspectiva do ensino colaborativo na Escola de Aplicação (EA) da Faculdade de Educação da USP. Como objetivos específicos, visou-se: i) elaborar e desenvolver atividades de formação continuada para professores de Educação Especial para construção da proposta baseada no ensino colaborativo; ii) observar e descrever práticas colaborativas surgidas a partir da proposta de colaboração; iii) analisar e avaliar as práticas colaborativas desenvolvidas na escola. O local de interesse para o desenvolvimento do estudo foi a EA-Feusp por se tratar de um espaço favorável ao desenvolvimento de pesquisas, especialmente as que remetem ao aperfeiçoamento do processo educativo e da formação de professores, funcionários e alunos. A metodologia do estudo está fundamentada na abordagem qualitativa de pesquisa colaborativa e apresenta como instrumentos de coleta de dados os registros das reuniões formativas, entrevista semiestruturada com

professoras de Educação Especial e professores do ensino comum, bem como documentos pedagógicos da escola, como o planejamento educativo individual (PEI) e registros das professoras de Educação Especial. Espera-se que os resultados dessa pesquisa-ação contribuam com indicativos efetivos para a concretização da inclusão escolar e possibilitem o aprofundamento de reflexões sobre formação inicial e continuada de professores, baseadas na perspectiva do ensino colaborativo, como possibilidade de melhorias na participação e no aprendizado de estudantes Público-Alvo da Educação Especial. O segundo projeto a ser apresentado decorre da participação da pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Políticas em Educação Especial”, coordenado pela professora Rosangela Gavioli Pietro (Feusp), como colaboradora na pesquisa em andamento “Inclusão escolar no Ensino Médio: estudo sobre trajetórias de estudantes, com matrícula na Educação Especial, egressos do Ensino Fundamental paulistano”. Trata-se de pesquisa longitudinal sobre o direito de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/S) ao ingresso na Educação Básica e de acesso a níveis mais elevados de ensino, com ênfase na análise da sua permanência no Ensino Médio. No processo da implantação da extensão dos anos de escolaridade obrigatória, particularmente quanto a esse alunado, cabe indagar: As/Os concluintes do Ensino Fundamental estão acessando a última etapa da Educação Básica? A permanência na escola e a conclusão do Ensino Médio estão sendo garantidas? Para contribuir com esse debate, a pesquisa, de abordagem quantiquantitativa, tem como objetivo geral analisar trajetórias, no Ensino Médio, de estudantes egressos de escolas municipais paulistanas de Ensino Fundamental, uma rede de ensino reconhecida como uma das maiores do Brasil e que tem garantido percentual maior de concluintes do Ensino Fundamental se comparado ao âmbito nacional. Propõe-se o acompanhamento de três gerações de estudantes com deficiência, TGD e AH/S, concluintes do Ensino Fundamental em 2017, 2018 e 2019. Os dados serão gerados a partir de quatro das 13 diretorias regionais de educação do município de São Paulo (Campo Limpo, Freguesia do Ó/Brasilândia, Jaçanã/Tremembé, Pirituba/Jaraguá). Trata-se de uma seleção intencional, posto que as/os profissionais da Educação Especial dessas regionais já participam de pesquisas anteriormente desenvolvidas e, no momento, compõem grupo de pesquisa/formação coordenado pela proponente de mais esse estudo. Tais participantes reúnem-se mensalmente com a equipe de

pesquisadoras/es da Feusp para refletirem sobre temas afeitos à Educação Especial e ao desenvolvimento dessa pesquisa. Os dados produzidos sobre a caracterização desse alunado, permanência e conclusão dessa etapa da educação serão sistematizados em planilha Excel e subsidiarão a criação das categorias que nortearão as análises. A alimentação e atualização dos dados da planilha serão realizadas pelas/os referidas/os profissionais por meio de seu acesso a esse tipo de registro no âmbito da sede regional de educação a qual estão vinculadas/os. Essa estratégia permitirá que, para cada regional, tenhamos a possibilidade de acompanhar três diferentes grupos de estudantes no Ensino Médio – as/os concluintes em 2017 pelo período de três anos, considerando o tempo ideal de sua duração (2018-2020); as/os que terminaram o Ensino Fundamental em 2018, pelo intervalo de 2019-2021; e as/os que o encerram em 2019, no intervalo de 2020-2022 –, e com isso responder as questões postas pela pesquisa. A terceira pesquisa a ser apresentada trata da participação da pesquisadora, como colaboradora, na pesquisa em andamento “Pesquisa-ação colaborativa para mitigação das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19: contribuições das pesquisas sobre inclusão escolar” (PAC-Covid-19), coordenado pela professora Enicéia Gonçalves Mendes (GP-Foreesp – UFSCar). O problema de pesquisa que se coloca é o de como enfrentar as desigualdades educacionais devidas aos impactos do contexto pandêmico. Nesse sentido, os achados das pesquisas sobre inclusão escolar, cuja missão tem sido a de buscar respostas às necessidades educacionais especiais diferenciadas de determinados estudantes, podem contribuir na oferta de estratégias de ensinar contemplando a diversidade dos alunos. O projeto tem como objetivo geral melhorar a capacidade das escolas de responder à diversidade dos alunos via desenvolvimento, avaliação e implementação de um programa abrangente de formação de professores sobre inovações apontadas pela literatura sobre política de inclusão escolar com vistas a recuperar as perdas acumuladas. O estudo multimétodo baseado na metodologia da pesquisa-ação colaborativa, envolvendo a escola como um todo, será adotado em função de seus objetivos híbridos de produzir conhecimento e formar profissionais da escola. No Estudo 1, será desenvolvido, implementado e avaliado um programa de formação para formadores de professores de duas redes de ensino sobre: a) Sistema de Suporte Multicamada, b) Trabalho Colaborativo, c) Aprendizagem Cooperativa, d) Desenho Universal para a Aprendizagem, e) Abordagem do Ensino Diferenciado. No Estudo 2, vinculado ao

Estudo 1, as inovações serão experimentadas e terão suas viabilidades avaliadas em duas escolas de duas redes diferentes. Espera-se que os resultados contribuam para a descoberta de componentes de programas de formação efetivos para promover a melhoria do ensino para todos, que contemplem a diversidade dos estudantes. Por fim, o quarto projeto a ser apresentado refere-se à participação enquanto pesquisadora associada no estudo “Equidade e inclusão no Ensino Médio”, coordenado pela professora Vera Lucia Fialho Messias Capellini (UNESP-Bauru). A pesquisa, intervencionista, que aguarda aprovação no edital Fapesp/Proeduca, tem como objetivo geral implementar um programa de formação continuada em serviço e de consultoria colaborativa a fim de promover uma cultura e práxis para a equidade em contextos escolares da rede de ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). Esse objetivo foi definido uma vez que os participantes desse projeto, docentes e especialistas da UNESP (universidade sede do projeto) e de universidades parceiras, possuem experiência prévia na formação de professores nas variadas áreas do componente curricular (português, inglês, matemática, física, história, artes, biologia, tecnologia, entre outras), tendo, inclusive, alguns deles já desenvolvido projetos junto à Seduc-SP. Outro importante fator para a definição do objetivo é a parceria estabelecida com a Universidade de Harvard, junto à Profa. Katherine Merseth, coordenadora do Harvard Teacher Fellows, destacado programa internacional de formação de professores. Nesse sentido, com o foco de estudar o novo Ensino Médio, considerando as atuais e significativas mudanças implementadas nele, no qual está evidenciada a necessidade de especialistas em todas as áreas do componente curricular, bem como especialistas em didática, e com o intuito de construir uma rede colaborativa de pesquisadores das diversas áreas do componente curricular e escola, para implementar um programa de formação continuada em serviço e de consultoria colaborativa a fim de promover uma cultura e práxis para a equidade em contextos escolares, participarão da pesquisa a equipe escolar (professores, gestores, diretores, demais funcionários), pais/responsáveis e estudantes do Ensino Médio de quatro escolas estaduais da cidade de Bauru, sendo três de período integral e uma de meio turno, onde serão realizadas a coleta e a intervenção. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa está organizada em seis etapas: contextualização (aplicação de instrumentos); formação de professores; formação da equipe escolar; consultoria colaborativa; reaplicação dos instrumentos; visita a Harvard. Todas as etapas, previamente

discutidas com a equipe do projeto, que conta com pesquisadores renomados na área da Educação nacional e internacional, serão acompanhadas pelos membros da equipe. Assim, todos participarão das ações, análises e publicações dos resultados. Os dados coletados na pesquisa serão analisados qualitativa e quantitativamente. Por fim, espera-se, como resultado desse projeto, contribuir com as práticas docentes e pedagógicas da escola para a melhoria da educação, para que esses professores estejam mais aptos a promover uma cultura e práxis para a equidade em contextos escolares, possibilitando maior acessibilidade ao currículo e garantindo assim o direito à educação para todos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação de Professores. Trabalho Colaborativo. Direito à Educação.

17. PLANEJAMENTO DO ENSINO PARA O ALUNO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

Faz-se necessário pensar em ações que proporcionem condições favoráveis de sucesso no processo de ensino dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como em ações que garantam a permanência desses estudantes nas instituições. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo descrever e analisar o planejamento docente para os alunos PAEE e traçar estratégias para um Planejamento Educacional Individualizado com foco no aluno. Especificamente, proporcionar espaços formativos on-line com a equipe dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), visando a análise coletiva de possibilidades de implantação de um planejamento individual, realizado coletivamente por profissionais que trabalham com esse aluno. O presente estudo será baseado na modalidade de pesquisa colaborativa, sendo esta uma metodologia de pesquisa no âmbito da educação a qual considera que o conhecimento é construído por meio das interações entre os sujeitos. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir na construção coletiva do processo de inclusão de alunos PAEE.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Planejamento. Público-Alvo da Educação Especial.

18. A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM ENSINO COLABORATIVO PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

O objetivo principal deste estudo consiste em compor uma proposta de formação de professores de Educação Especial para o modelo de Ensino Colaborativo, tendo como foco a inclusão escolar de alunos com deficiência. Podem ser avaliadas tanto a proposta de formação quanto as possibilidades de trabalho nesse modelo na Rede Regular de Ensino. Diante dos resultados obtidos, poderemos propor cursos de formação com foco no modelo de ensino colaborativo na escola regular. Esperamos que este estudo proporcione análise e reflexão sobre as propostas de “inclusão” frequentes nas escolas regulares, assim como sobre a relação de trabalho do professor regular com o professor especialista em Educação Especial.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação de Recursos Humanos. Coensino.

19. ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE – IMS/UFBA

LAGO, Danúcia Cardoso (UFBA)

ANDERSON, Delmo (UFBA)

BENEVIDES, Janeísa Botelho Barros (UFBA)

SOUZA, Josemary da Guarda de (UFBA)

SILVA, Marta Maria (UFBA)

CONCEIÇÃO, Viviane Fernandes da (UFBA)

O Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade e Permanência das Pessoas com Deficiência (GTAPPD) surgiu do interesse dos participantes de um curso,¹ oferecido pela Coordenação de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e pelo Núcleo de Capacitação (Nucap) do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS),² cujo tema versava sobre a inclusão social e educacional das pessoas com deficiência. Esse curso teve a duração de 20 horas e contou

1 Esse curso foi ministrado pela Profa. Dra. Danúcia Cardoso Lago.

2 Universidade Federal da Bahia (UFBA), Campus Anísio Teixeira em Vitória da Conquista, Bahia.

com a participação de técnicos e docentes do IMS. Ao final do curso os participantes sentiram a necessidade de criar um grupo de trabalho sobre essa temática dentro do instituto, pois o tema da acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência é uma demanda há muito tempo pleiteada pela gestão, técnicos, estudantes e docentes do IMS. Dessa forma, a docente responsável pelo curso convidou os membros do Programa de Formação Pedagógica (PFPed),³ da Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Coe), do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (Nape), do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e os estudantes com deficiência do IMS para juntos pensarem uma forma de sistematizar esse GT. A primeira reunião ocorreu em 18 de fevereiro de 2021, e nesse dia o grupo discutiu os objetivos do GT, as metas de médio e longo prazo e a composição de uma coordenação para o grupo e esboçou uma proposta para apresentar à Direção do Instituto. Ficou decidido que o GT seria uma ação orientada pelo Programa de Formação Pedagógica coordenado por membros do Nape e do NTI. Essas parcerias visam consolidar espaço/tempo de formação, estudos e ações em prol dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos do IMS. Os objetivos do GTAPPD são: sensibilizar os servidores docentes e técnicos administrativos a respeito da importância de ambiente adequado para inclusão, acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência; debater sobre a acessibilidade e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior por meio de estudos das leis, decretos e pesquisas sobre o tema; fomentar, divulgar e praticar a filosofia da educação inclusiva no contexto do IMS; organizar ações educativas e de extensão voltadas ao tema da acessibilidade na Educação Superior, como seminários, cursos, palestras e atividades diversas; apoiar, de forma multiprofissional, o Atendimento Educacional Especializado no instituto. Até o momento já foram realizadas algumas ações: diagnóstico situacional sobre a quantidade e tipo de deficiência dos estudantes do IMS; divulgação do GT durante a Jornada Pedagógica do IMS; oficina denominada “Práticas Pedagógicas Acessíveis” que abordou as ações pedagógicas que facilitam o cotidiano acadêmico dessa população por meio da utilização adequada dos recursos de ensino-aprendizagem adaptados para cada tipo de deficiência; implementação de dois usuários (Aluno e Aluno Acessibilidade), realizada pelo NTI, em todos os PCs do Laboratório de Consulta dos estudantes, de forma que cada usuário traz configurações específicas para

3 Voltado à formação pedagógica dos servidores do IMS.

estudantes com baixa visão. Para o segundo semestre de 2022, teremos um curso de iniciação à Libras e a elaboração e divulgação de um folder contendo os recursos de acessibilidade disponíveis em cada setor do IMS. Ressaltamos que todas essas ações foram realizadas com a consultoria dos próprios estudantes com deficiência. Para 2023, a equipe está elaborando uma proposta para a realização do “I Seminário sobre inclusão escolar dos estudantes com deficiência do IMS”, que contará com mesas-redondas, oficinas, minicursos e palestras sobre o tema. Espera-se que com as ações do GTAPPD possamos ampliar a acessibilidade com qualidade para os estudantes com deficiência matriculados nos cursos do IMS, bem como fomentar discussões sobre os direitos de acesso e permanência dessas pessoas no contexto do Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação Especial. Estudantes com Deficiência no Ensino Superior. Acessibilidade. Inclusão Escolar.

20. AS REPRESENTAÇÕES DA DEFICIÊNCIA POR TERAPEUTAS OCUPACIONAIS QUE ATUAM NA REABILITAÇÃO

CALHEIROS, David dos Santos (UNCISAL)

SANTOS, William Miguel Lôbo dos (UNCISAL)

A ausência de estruturas corpóreas e limitações na funcionalidade são vistas por muitos como marcos capazes de definir a deficiência, e, por isso, comumente são feitas relações entre deficiência e dimensões do corpo. Contudo, estudiosos do *disability studies* compreendem a deficiência como um fenômeno relacionado à restrição de participação social. O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as representações atribuídas à deficiência por terapeutas ocupacionais que atuam na área de reabilitação. O estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, a partir de um enfoque exploratório. Participaram 80 terapeutas ocupacionais que atuam na área de reabilitação em instituições públicas e privadas da cidade de Maceió-AL, no atendimento clínico, na gestão e em outros serviços relacionados ao atendimento da pessoa com deficiência. Os dados foram produzidos por meio de um roteiro de entrevista. Foi utilizada a técnica de amostragem *snowball sampling*, que permitiu a comunicação com 104 terapeutas ocupacionais, e os dados foram tratados com base na análise temática. Os resultados indicam a presença de 13 concepções de deficiência, que envolvem fatores

ambientais, falha/limitação no funcionamento do corpo, desvio da normalidade, singularidades, dependência de suportes, conhecimentos retrógrados, patologia que envolve apenas fatores biológicos e deficiência como possível de ser consertada. Compreende-se, portanto, que a deficiência é vista apenas pela ótica biomédica e mecanicista, de maneira a se buscar a reparação dos aspectos limitantes dessa lesão.

Palavras-chave: Representação Social. Pessoa com Deficiência. Terapia Ocupacional.

21. PROCESSOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

ZANATA, Eliana Marques (PPGDEB/UNESP)

Trata-se de uma pesquisa com proposta de desenvolvimento longitudinal a qual envolve as investigações orientadas e realizadas em nível de graduação (ensino e extensão) e pós-graduação (mestrado profissional), vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas "A inclusão da pessoa com deficiência e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento", sendo a docente vinculada como pesquisadora. O objetivo é estudar e elaborar propostas de ensino inclusivas, alimentando e sendo alimentadas pelas investigações realizadas na graduação e pós-graduação, objetivando uma meta-análise dos estudos realizados (2015-2022). Nesta proposta contamos com a participação e envolvimento de discentes dos cursos de graduação e pós-graduação e docentes da Educação Básica, com níveis de experiência e demanda diferentes, buscando fortalecer mutuamente os envolvidos e aumentar o conhecimento a respeito de propostas e processos de ensino, numa perspectiva inclusiva. Pretende-se como resultado estreitar as relações entre ensino e pesquisa, tendo as políticas e práticas pedagógicas como campo de pesquisa e visando a construção do conhecimento na área da Educação Especial numa perspectiva inclusiva, seus processos e práticas educacionais com foco no ensino.

Palavras-chave: Ensino. Educação Básica. Inclusão. Educação Especial.

22. DESENVOLVIMENTO, APRIMORAMENTO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS, EM PLATAFORMA MOBILE, VOLTADOS AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela (SME/Uberlândia)

ALVES, Carla Barbosa (SME/Uberlândia)

SILVA, Larissa Maciel Gonçalves (SME/Uberlândia)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

O presente estudo tem por objetivo descrever e analisar o processo de construção e aprimoramento de instrumentos de avaliação voltados ao Público-Alvo da Educação Especial, por meio de uma plataforma mobile, no âmbito da Educação Básica do município de Uberlândia-MG. Esses instrumentos têm como objetivo eleger estudantes para serviços de profissional de apoio e avaliação de repertório de partida para o Atendimento Educacional Especializado. Os instrumentos serão divididos em diferentes atores, sendo eles: analistas pedagógicos, professores de Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio. Além disso, os responsáveis legais e os estudantes são parte ativa da prática dos instrumentos. O processo de construção dos instrumentos será desenvolvido, por meio de uma plataforma mobile, em quatro etapas, a saber: 1) busca por referências para a elaboração dos constructos e indicadores de qualidade; 2) definição das dimensões de análise e constructos; 3) aprimoramento e elaboração das questões; e, por fim, 4) validação social baseada em entrevista e aplicações dos instrumentos com responsáveis legais e estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Avaliação. Elegibilidade. Instrumento de Avaliação.

23. ACESSO À TECNOLOGIA ASSISTIVA E À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COMO DESAFIOS À ESCOLARIZAÇÃO: QUESTÕES ANTIGAS?

LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)

Reconhece-se que os dispositivos assistivos e sistemas de comunicação alternativa são essenciais para garantir a participação escolar de estudantes que apresentam necessidades complexas de comunicação, atreladas ou não a alterações em sua funcionalidade, como no caso daqueles com paralisia cerebral ou transtorno do espectro do autismo. Desafios no acesso a esses dispositivos estão para além da questão do espaço escolar, e a literatura indica que o Atendimento Educacional Especializado pode ser um serviço importante para favorecer a escolha e o uso de estratégias diferenciadas, com vistas principalmente ao processo de alfabetização. No entanto, obstáculos como a disponibilidade de equipamentos, limitações na formação de professores na área, a aceitação dos estudantes e demais professores foram questões que instigaram estudos do GP-Foreesp desde meados da década de 2000. Em busca de inovação, foram propostos modelos de prestação de serviço em consultoria colaborativa, programas de formação de professores, além de atuação direta no lócus da escola que evidenciaram possíveis caminhos para favorecer o acesso e a introdução desses dispositivos no contexto escolar. Esses estudos puderam acompanhar uma maior democratização sobre o tema no país, com avanço no volume de publicações e de incentivos para que os espaços escolares considerassem a importância dos dispositivos. Em continuidade, uma nova agenda de estudos e atividades de extensão iniciou-se em 2016 e revela que os desafios mapeados anteriormente ainda se mantêm: estudantes com paralisia cerebral continuam no Ensino Fundamental sem estratégias alternativas de comunicação e acesso à escrita; estudantes com transtorno do espectro autista que são usuários de sistemas de comunicação alternativa não os utilizam no contexto escolar por desconhecimento dos professores; as práticas em tecnologia assistiva não estão presentes nos espaços do AEE; os professores trazem lacunas formativas importantes e que impactam negativamente na prática cotidiana com esses recursos. Assim, os estudos têm se centrado em: pensar novos caminhos para contribuir com a formação de professores, principalmente utilizando ferramentas on-line; como propiciar ações diretas aos estudantes que incluam os dispositivos com estratégias mais universais no contexto da

escola; trazer instrumentos e ferramentas que auxiliem em tomadas de decisão sobre os dispositivos e seus efeitos. Nessa direção, a perspectiva trazida neste relato é refletir para que, apesar dos avanços, os investimentos na área da tecnologia assistiva e da comunicação alternativa para o contexto escolar nacional continuam atuais e necessários, de modo que possam acompanhar as dinâmicas existentes e contribuir para a ampliação do acesso aos estudantes que precisam.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva. Inclusão Escolar. Formação de Professores.

24. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS

TORRES, Josiane Pereira (PPGE/UFMG)

Um dos desafios atuais no campo das políticas públicas para a inclusão escolar é garantir meios que viabilizem a permanência, a aprendizagem e o sucesso escolar dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) na escola regular. E nesse desafio um dos obstáculos imperativos diz respeito à formação de professores que atuam nas diversas áreas do conhecimento na sala de aula comum. É sobre esse cenário que se têm debruçado as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no contexto do estado de Minas Gerais, com vistas a contribuir com a formação de professores para a garantia da permanência e aprendizagem desses estudantes na escola regular. Dessa forma, este resumo tem como objetivo apresentar uma breve descrição dessas ações. No escopo da formação inicial, as atividades têm sido desenvolvidas no âmbito do Ensino nos cursos de graduação, considerando duas frentes: 1) por meio da disciplina obrigatória de Fundamentos de Educação Especial e Inclusiva, ofertada a todos os cursos de licenciatura da universidade, e 2) na oferta de uma disciplina optativa no âmbito da Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, a qual foi planejada e construída com o intuito de dar destaque às tendências que visam um ensino de qualidade para todos, além de tomá-las como estratégias didáticas durante o curso, adotando o slogan “formar pelo exemplo”. A ementa da disciplina contempla algumas dessas abordagens, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Ensino Diferenciado e Coensino, e sua estrutura foi delineada buscando contemplar os princípios do DUA (oferecer uma

diversidade de modos de apresentar o conteúdo, flexibilizar e diversificar a forma com que os estudantes podem demonstrar o conhecimento e ofertar estratégias diversas para promover o engajamento e motivação). Essa abordagem foi adotada, pois se entende que os estudantes podem assimilar com mais facilidade essas discussões se poderem experienciar na prática. Essas discussões também têm sido desenvolvidas em atividades relacionadas à formação continuada e em serviço dos professores, por meio de projetos de pesquisa e extensão. Em relação à pesquisa, um projeto⁴ vigente busca fomentar a cultura da colaboração na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, assumindo como referencial teórico as produções acerca do Coensino/Ensino Colaborativo. Para contribuir com essa construção, dentre seus objetivos o projeto se propõe a desenvolver e implementar um programa de formação para os professores regentes e especializados da rede. Essa proposta de formação foca, também, as tendências universais que visam um ensino de qualidade para todos os estudantes. No que diz respeito à extensão, por meio de um projeto⁵ em andamento, temos buscado disseminar essas discussões junto a professores atuantes os quais demandam apoio para viabilizar a escolarização do PAEE. Trata-se de um projeto de extensão que visa proporcionar formação para professores de municípios mineiros, considerando baixos e médios Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). De modo geral, podem-se avaliar positivamente as atividades desenvolvidas, mesmo que em alguns momentos se mostrem desafiadoras. Ainda não há considerações conclusivas, mas, nesse percurso de desenvolvimento das atividades de formação, ao discutir e propor planejamentos baseados nessas tendências universais para o ensino de todos, se nota maior receptividade para o público da formação inicial, ou seja, os licenciandos da graduação. Eles mostram-se receptivos e motivados nessas discussões e recebem com satisfação abertura discussões relacionadas a reflexões da sala de aula como um ambiente diverso, em cuja diversidade estão os estudantes do PAEE. E, ainda, percebe-se que os licenciandos, ao serem desafiados a elaborar planejamentos segundo essas perspectivas, projetam seus olhares para as potencialidade e habilidades dos alunos e não enfocam possíveis déficits. Tem sido mais desafiante essa construção junto a alguns professores que já atuam na Educação Básica, os quais ainda se mostram resistentes e tendem

4 Projeto coordenado pela autora e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

5 Projeto sob coordenação da profa. Jáima Pinheiro de Oliveira.

a apresentar expectativas às discussões relacionadas às particularidades do PAEE e especificidades de deficiências. Entende-se que parte dessa resistência é resultado de anos de investimento massivo que o país proporcionou em propostas de formação de professores com caráter categorial e com foco no déficit das deficiências. E, embora haja essa resistência, deve haver persistência para a construção de uma nova concepção de formação de professores, alinhada ao que se compreende atualmente como mais promissor para a permanência e o aprendizado do PAEE, e essa construção demandará esforços contínuos para efeitos a médio e longo prazo nas políticas públicas de Educação Especial no país.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação Especial. Formação de Professores.

25. ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA SOCIOBIOPSICOLÓGICA: GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

CABRAL, Leonardo Amâncio (PPGEEs/UFSCar)

O Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea/UFSCar), coordenado por um egresso do GP-Foreesp, tem se dedicado a atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas à formação de recursos humanos na perspectiva da acessibilidade e à garantia de direitos no âmbito da graduação, pós-graduação e da transição para o mercado de trabalho. Isso porque, nesses contextos, temos observado concepções equivocadas de deficiência que têm contribuído com o capacitismo estrutural que potencializa a deslegitimação participativa social das pessoas com deficiências ao distinguir corpos “capazes” de corpos “não capazes”. É nesse contexto que o GP-Idea tem se dedicado a estudos sobre o direito ao ingresso, à permanência, à titulação e à transição ao mercado de trabalho das pessoas com deficiências. Como desdobramentos dessa atuação, temos identificado a necessidade de debruçarmo-nos sobre as seguintes temáticas, todas na perspectiva da cooperação e acessibilidade: editais de ingresso e processos seletivos; políticas e diretrizes de gestão institucional; acessibilidade tecnológica, informacional e comunicacional; produção e difusão do conhecimento científico acessível; avaliação sociopsicológica da deficiência. Além dessas temáticas, transversalizam-se discussões com outros grupos de pesquisa

sobre: Escala Intercultural de Concepções de Deficiência; Resgate da História da Educação Especial; e Prevenção à violência e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão Social. Acessibilidade. Deficiência.

26. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIFESSPA

CAVALCANTE, Lucélia Cardoso Cavalcante (Profei/UNIFESSPA)

REUTER, Carla Andreza Correa (UNIFESSPA)

SANTOS, Lúcia Cristina Gomes dos (UNIFESSPA)

LIMA, Mayra Barbosa Sindeaux (UNIFESSPA)

Este estudo integra a Rede de Pesquisa “Acessibilidade e Inclusão em contextos Universitários Diferenciados” (Programa Universal/CNPq – Proc. 425167/2018-6) e tem por objetivo investigar a promoção de políticas, culturas e práticas inclusivas na Educação Superior, analisando e monitorando a efetivação de tais políticas voltadas para alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação em contexto universitário na Unifesspa. Os estudos sobre o acesso, permanência e aprendizagem com sucesso nas instituições de Educação Superior têm se ampliado no Brasil, especialmente na última década, quando houve crescimento de matrículas de alunos Público-Alvo da Educação Especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, já previa a transversalidade da Educação Especial em todos os níveis e modalidades da educação, incluindo o Ensino Superior, na perspectiva de promover o desenvolvimento de uma cultura universitária inclusiva, com condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, para que o aluno com deficiência tenha seus direitos a uma formação acadêmica qualificada. Mostra-se urgente analisar como efetivamente esse processo de inclusão na Educação Superior tem ocorrido nas diferentes perspectivas. Assim, têm sido identificados e analisados indicadores de acessibilidade para a efetivação da inclusão de alunos com deficiência na Unifesspa, avaliando suas políticas de ações afirmativas, oferta de serviços em Educação Especial e condições de acessibilidade para a participação desse público de alunos na vida universitária. O estudo iniciado em 2021 desenvolve-se com base numa abordagem qualitativa de pesquisa, com uso de roteiros de entrevista e questionário

para identificação de indicadores, fundamentados nos pressupostos de Booth e Ainscow (2011) sobre a criação de sistemas e ambientações que possam oportunizar a participação de todos na promoção e efetivação de valores e princípios inclusivos, direcionados para práticas no contexto universitário de supressão de barreiras à aprendizagem e outras práticas que geram impedimentos que obstaculizam a participação de todos. A comunidade universitária como um todo – técnicos, docentes, alunos com e sem deficiência e equipe de terceirizados – tem apontado características que compõem indicadores de inclusão, identificando avanços, conquistas, problemas e barreiras existentes na Unifesspa. Atualmente, está sendo aplicado um questionário padrão, validado por pesquisadores e pesquisadoras da Rede Internacional. Com os resultados e análises construídas, espera-se contribuir para o subsídio de políticas institucionais de ações afirmativas para esse público de alunos nas universidades.

Palavras-chave: Inclusão na Educação Superior. Ações Afirmativas. Deficiência.

27. FORMAÇÃO CONTINUADA DE EQUIPES ESCOLARES NA PERSPECTIVA DA CULTURA INCLUSIVA E COLABORATIVA NAS ESCOLAS DA AMAZÔNIA AMAPAENSE

SILVA, Maria do Carmo Lobato da (UNIFAP)

SILVA, Caroline Louise Pinheiro da (UNIFAP)

O trabalho colaborativo no contexto escolar, como um dos princípios para constituição de uma cultura inclusiva, tem sido destacado na área da Educação Especial como uma das condições necessárias para a melhoria da escolarização do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), bem como pode se constituir em espaço de desenvolvimento profissional do licenciando, dos professores em serviço e demais profissionais da escola. Contudo, as produções acadêmicas no contexto brasileiro sobre modelos de colaboração para inclusão escolar de estudantes PAEE ainda são incipientes, e as características dessas investigações são predominantemente sobre a constituição de programas de formação continuada para professores da Educação Especial atuarem na perspectiva inclusiva. Tem-se enquanto objetivo constituir um espaço formativo de professores tanto da classe comum quanto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estudantes dos

cursos de licenciatura do campus Santana da Unifap e demais profissionais da escola (equipe gestora da escola e coordenadores pedagógicos) para discutir e efetivar estratégias pedagógicas universais, a partir de princípios colaborativos e práticas pedagógicas inclusivas. Inicialmente foi realizada uma parceria com uma escola da rede municipal de Santana-AP que tinha interesse em participar do projeto de extensão, e nessa escola havia estudantes PAEE matriculados e frequentando as salas de aula regulares e o AEE. Foram convidados a participarem do processo de formação continuada a equipe gestora da escola, os coordenadores pedagógicos e os respectivos professores da classe comum e da Educação Especial que atuam junto aos estudantes PAEE, além de estudantes das licenciaturas do campus Santana. Após o aceite da escola realizamos um levantamento de demandas formativas por meio de um questionário no Google Docs, encaminhado via WhatsApp à equipe escolar, e a partir das respostas dos participantes construímos um planejamento pedagógico, resultando em quatro encontros formativos, com as temáticas: 1) uso da tecnologia assistiva na inclusão escolar; 2) Atendimento Educacional Especializado no contexto da pandemia de Covid-19 no Amapá-AP; 3) Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar; e 4) Experiência Colaborativa com a oferta de tecnologia assistiva na perspectiva do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA). As temáticas foram fundamentadas no desenvolvimento do trabalho pedagógico em colaboração com toda a equipe escolar, envolvendo professores das classes comuns, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenadores pedagógicos e direção da escola. No processo formativo as ações foram realizadas por meio de palestras, minicursos e oficinas pedagógicas que puderam ocorrer via on-line, por meio do Google Meet, devido ao contexto pandêmico da Covid-19. Todas as atividades foram orientadas por materiais de estudo no formato de vídeos e textos, construídos com base na literatura científica da área e disponibilizados aos participantes. Os resultados da efetivação do projeto de extensão apontaram a potencialidade da parceria colaborativa adotada nesse formato de curso, no sentido de oferecer uma formação continuada via parceria colaborativa com o grupo de participantes para atuarem na perspectiva da cultura inclusiva respaldados em princípios colaborativos. Consideramos que os objetivos do projeto foram alcançados, primeiro, porque fizemos uma parceria com uma escola da rede municipal de Santana-AP para que os professores e demais profissionais da escola pudessem participar do processo de formação continuada e, segundo, porque

realizamos um levantamento de demandas formativas sobre a temática de inclusão escolar do PAEE, e a partir da sistematização das demandas formativas foram organizados os encontros, o que culminou na participação efetiva de professores e demais profissionais da escola, além da participação da comunidade acadêmica. Outro aspecto importante para o debate das temáticas foi a busca de pesquisadores na área para mediar nossos encontros formativos, considerando as demandas levantadas. Realizamos os encontros formativos via Google Meet, devido ao contexto pandêmico. Contudo avaliamos positivamente todo o processo de formação, uma vez que obtivemos um quantitativo importante de participantes em todos os encontros, uma média de 40 a 60 participantes por encontro. A realização do projeto de extensão propiciou o trabalho em parceria com professores e profissionais da escola e trocas ricas de experiências com os estudantes da licenciatura em Pedagogia. Além disso, a escola tornou-se um espaço aberto, em que os nossos estudantes puderam desenvolver atividades tanto de práticas quanto de estágio supervisionado, dado que fizemos uma boa articulação com a equipe gestora da escola. É importante apontar que devido à pandemia de Covid-19 os encontros formativos foram realizados remotamente, o que em alguns aspectos limitou nossas ações, sobretudo porque o ambiente virtual do Meet não é uma plataforma educacional. No entanto, apesar de suas limitações, foi possível atender um grande número de participantes. Consideramos imprescindível a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão para possibilitar a formação de profissionais com potencialidades e competências em diferentes áreas e com uma visão crítica da sociedade.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação de Recursos Humanos. Cultura Colaborativa.

28. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – GEPES

MARTINS, Morgana de Fátima Agostini (PPGE/UFGD)

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial (Gepes) está vinculado ao DGP/CNPq desde 2009 e agrega as pesquisas em Educação Especial realizadas por discentes de mestrado e doutorado vinculados à linha de Educação e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação

da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem por objetivo fomentar pesquisas que abordam os processos de avaliação, diagnóstico e encaminhamentos do Público-Alvo da Educação Especial e, mais especificamente, das pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O Gepes possui 18 pesquisas já concluídas entre teses e dissertações, defendidas no período entre 2012 e 2022. Os trabalhos estão divididos em duas linhas de pesquisas e possuem como eixo comum a busca por melhores condições de escolarização e desenvolvimento de crianças e jovens com deficiência, especialmente pessoas com TEA. Na linha 1, intitulada Práticas Educacionais Inclusivas e Formação de Professores em Educação Especial, estão as práticas escolares inclusivas com foco nos processos de ensino e aprendizagem em diferentes ambientes, políticas da Educação Especial, organização dos espaços escolares e formação de recursos humanos em Educação Especial. Caetano (2012) e Nunes (2019) abordaram a formação de professores para atuação com pessoas com TEA. Já os autores Melo (2014), Pietrobon (2016), Machado (2017), Acosta (2017), Gonçalves (2020) e Machado-Brasil (2022) objetivaram a caracterização e análise do funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais e as Práticas do Atendimento Educacional Especializado. Ainda nessa linha, Souza (2013), Aguillar (2019) e Jesus (2020) construíram discussões referentes às grades curriculares e aos projetos pedagógicos de cursos superiores em universidades nas diferentes regiões do país, com vistas à formação de professores e atenção às pessoas com deficiência. Na Linha 2, que aborda Transtorno do Espectro do Autismo: Famílias e Formação de Recursos Humanos, estão os trabalhos que trataram do processo de escolarização de crianças e jovens com TEA, programas de orientação às famílias, protocolos, processos de avaliação e diagnóstico do TEA, intervenções baseadas em evidências e a formação de recursos especializados. Essa linha possui interface com a extensão universitária por meio do programa de extensão Geappa (Grupo de Estudos e Apoio a Profissionais e Pais de crianças com Autismo), que está em funcionamento também desde 2009. Engloba as produções de Fontana (2013), Schmitz (2015), França (2018), Garcia (2018), Benevides (2019), Barcelos (2021), Bouffleur (2021) e Santos (2022), efetivadas na interface Saúde e Educação com foco na pessoa com TEA, por meio de análises e implementações de serviços e redes de apoio e formação para atuação profissional especializada. Com a análise dos trabalhos realizados, é possível inferir sobre a necessidade de outras pesquisas que aprimorem procedimentos e estratégias de ensino, forneçam apoio e informação a familiares e favoreçam

a qualidade de vida e a formação de pessoas com TEA, inclusive em relação ao mercado de trabalho. Há ainda lacunas de investigações na interface entre saúde e educação e o atendimento de adultos com TEA, principalmente nos espaços universitários.

Palavras-chave: Educação Especial. Transtorno do Espectro do Autismo. Grupo de Pesquisa.

29. LINGUAGEM DE SINAIS COMO COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA PARA PESSOAS COM AUTISMO: O ESTADO DA ARTE

ARAÚJO, Rayanna Camilla dos Santos (UESPI)

PINHEIRO, Nadja Carolina de Sousa (UESPI)

GOMES, Auryelle dos Santos (UFCG)

O presente estudo objetivou analisar o estado da arte das publicações acerca do uso de Linguagem de Sinais como ferramenta de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os objetivos específicos foram identificar as estratégias na utilização de linguagem de sinais como comunicação alternativa em pessoas com autismo; descrever os resultados dessas intervenções; e relacionar a aprendizagem de linguagem de sinais por pessoas com autismo com os conhecimentos historicamente apresentados como comportamento verbal. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo revisão integrativa de literatura, realizada por meio do levantamento de amostra composta de publicações em bases de dados nos últimos dez anos, no período de 2011 a 2021. Comunicação alternativa, autismo e linguagem de sinais foram utilizados como descritores para a seleção de artigos em língua portuguesa e língua inglesa no Portal Capes Periódicos, Google Acadêmico, SciELO e no depósito da Capes de teses e dissertações. O material acumulado foi filtrado, de modo a atender às especificidades da pesquisa, ou seja, trabalhos realizados em ambiente de controle, com descrição de intervenções de introdução da linguagem de sinais a pessoas com TEA e seus resultados. Foram desconsiderados da coleta revisões bibliográficas, artigos que descrevessem apenas o uso de sinais manuais e trabalhos desenvolvidos fora de ambientes de controle, como escolas. A análise contou com duas etapas: primeiro se desenvolveu uma tabela com as informações

sobre os participantes, objetivo, metodologia e resultados das pesquisas selecionadas, e esses dados foram catalogados, de modo a identificar padrões, semelhanças e discordâncias entre o material reunido. Identificaram-se as estratégias utilizadas e a relação, dentro da metodologia utilizada nas pesquisas, com conhecimentos historicamente apresentados como comportamento verbal. Na segunda etapa, analisaram-se as perspectivas de outros teóricos acerca da utilização de linguagem de sinais enquanto ferramenta de Comunicação Alternativa e Aumentativa, comparadas em relação a outras ferramentas, para compreender a relevância e viabilidade da linguagem enquanto técnica de Comunicação Alternativa e Aumentativa. Os resultados apontaram para uma perspectiva da Comunicação Alternativa e Aumentativa enquanto uma área de prática clínica com objetivo de auxiliar indivíduos com transtornos de comunicação expressivos de forma temporária ou permanente, utilizando-se de sistemas de linguagem visual, tais como linguagem de sinais, fotos e figuras visuais, enquanto representações de unidades específicas de comunicação. As produções referentes ao uso de linguagem de sinais enquanto CAA é significativamente menor nos últimos dez anos em relação ao seu período inicial e em relação a outras técnicas de Comunicação Alternativa e Aumentativa. A maioria das produções é em língua inglesa, sendo utilizadas a American Sign Language (ASL) e a British Sign Language (BSL). As produções brasileiras são majoritariamente efetuadas em ambiente escolar, associadas à Educação Especial bilíngue. Referente aos participantes das pesquisas, todos possuíam histórico de uso e repertório de sinais, sejam sinais caseiros ou escassa sinalização em linguagem de sinais. Todos os participantes eram não verbais ou possuíam repertório oral limitado, vide a proposta de Comunicação Alternativa. Majoritariamente, os participantes possuíam repertório de ouvinte limitado. Todas as intervenções obtiveram resultados positivos, com a aquisição de sinais, em maior ou menor grau. Os resultados observados apresentam uma efetividade no ensino de comandos específicos e pontuais, com potencialidade para a ampliação de repertório do participante. Não foi possível, no entanto, observar o tamanho do repertório adquirido, com a quantidade e complexidade dos sinais aprendidos. Desse modo, dentro da análise realizada, não há dados suficientes que apontem para o uso da linguagem de sinais enquanto ferramenta eficiente para a substituição do comportamento oral, com repertório extenso. Os dados apontam, no entanto, para um valor enquanto ferramenta auxiliar na obtenção de comportamentos verbais específicos e pontuais, que

garantam melhorias na expressão verbal, comunicação interpessoal limitada e redução de comportamentos inadequados.

Palavras-chave: Psicologia. Educação Especial. Comunicação Alternativa e Aumentativa.

30. AÇÕES DE INDENIZAÇÃO E O DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA PAULISTA (2016-2019)

TIBYRIÇÁ, Renata
(Defensoria Pública do Estado de São Paulo e PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

A pesquisa teve como objetivo fazer uma revisão da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) quanto às ações de indenização relacionadas ao direito à educação da pessoa com deficiência após a entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão garantem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e o aprendizado ao longo da vida. Para efetivar o direito à educação são garantidas adaptações razoáveis e medidas de apoio individualizadas e efetivas, conforme a CDPD e a LBI. Além disso, não pode haver recusa de matrícula nem discriminação de alunos com deficiência, sendo inclusive consideradas crime. Para coleta dos dados foi feita uma busca no site do TJSP a partir de 02 de fevereiro de 2016, data da entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão, até 31 de dezembro de 2019, com os descritores “pessoa com deficiência” e “educação”, sendo separados aqueles que se referiam a ações de indenização, o que resultou na identificação de 25 acórdãos. Destes, 14 se relacionavam a violações do direito à educação da pessoa com deficiência, 1 sobre pesquisa de Educação Especial, e 10 sobre outros temas estranhos à educação. Os resultados indicam que o principal motivo para propositura de ações de indenização é a falta de apoios e acessibilidade na escola para alunos com deficiência (9). Além disso, há ações sobre recusa de matrícula (2), expulsão de aluno com deficiência (1), limitação do número de alunos com deficiência em classe (1), discriminação (1) e violência sexual (1). Dos 14 casos, a maioria teve indenização concedida, porém há situações em que a justificativa da escola de que não possui estrutura adequada ou

capacidade técnica para receber alunos com deficiência ainda é aceita pelo Judiciário, ao arremio da Convenção e da Lei Brasileira de Inclusão.

Palavras-chave: Indenização. Educação Inclusiva. Direito.

31. CRIANÇAS NEGRAS, DEFICIÊNCIAS E INTERSECCIONALIDADES: MAPEANDO UM CAMPO DE ESTUDOS

TINÔCO, Saimonton (UFRB)

SOUZA, Fernanda (IFSP)

A presente proposta investigativa objetiva descrever o lugar das crianças negras com deficiência nas pesquisas acadêmicas e nas pautas dos movimentos sociais engajados com a defesa do direito à educação, tomando como referência os estudos sobre interseccionalidade. Desse modo, assume os conceitos de crianças e infâncias a partir da Sociologia da Infância e o conceito de deficiência a partir dos *Disability Studies*, tomando a interseccionalidade com base no Feminismo Negro. Fundamenta-se nos princípios da pesquisa de abordagem qualitativa, assim como na revisão bibliográfica e na análise documental, como técnicas para a produção de dados. Sendo assim, os exemplares encontrados, após compilados, listados e organizados por tipologias, serão lidos e sistematizados em arquivos eletrônicos de um editor de planilhas e compartilhados num repositório eletrônico. A equipe de pesquisa é composta do coordenador/orientador, de estudantes de graduação e de pós-graduação e de docentes externos(as) à UFPB. Quanto à duração, estimamos que a investigação, em sua totalidade, seja desenvolvida no período de dois anos, conforme as etapas descritas no cronograma de execução.

Palavras-chave: Infâncias Plurais. Diferenças. Marcadores Sociais da Diferença. Educação Especial. Inclusão Social.

32. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO COMUM CONSIDERANDO OS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL⁶

MAGGIONE, Sheila Moreira da Rocha (IFES)

MILANESI, Josiane Beltrame (IFES)

A Educação Básica requer do professor uma postura de empenho sobre as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, e, por meio dessa dedicação, espera-se obter resultados sempre proveitosos quanto ao conhecimento adquirido pelo aluno e, mais ainda, quando esse acompanhamento é realizado com os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). A reflexão aqui apresentada será sobre as condições de trabalho dos professores regentes de sala de aula em relação ao acompanhamento dos referidos alunos, a organização das adequações devidas para atendê-los e questões voltadas à harmonia necessária para que o trabalho docente realizado seja favorável ao aluno. O objetivo geral foi investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professor nas escolas, em relação ao trabalho desenvolvido junto aos alunos PAEE. A partir desse propósito, os objetivos específicos foram: identificar fatores que correspondem ao risco de saúde mental e física do docente, o que prejudica seu trabalho e afeta o desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos PAEE. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Utilizou-se entrevista semiestruturada para coleta de dados, da qual participaram quatro professoras da Educação Básica de Baixo Guandu-ES. Com a pesquisa realizada, os resultados reforçaram as dúvidas sobre uma perspectiva positiva da relação entre as condições de trabalho e os avanços que se esperam de uma boa qualidade no ensino dos alunos aqui em questão.

Palavras-chave: Educação Especial. Professor. Trabalho Docente. Condições de Trabalho.

6 Esta pesquisa é fruto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFES-Itapina.

33. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DO SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA REALIZADOS NO PERÍODO DE 2010 A 2018

VICTOR, Sonia Lopes (UFES)

SARVERGNINI, Amanda Costa Camizão (UFES)

CONDE, Patrícia Santos (UFES)

A produção científica de eventos locais, nacionais e internacionais é fundamental para os avanços nas diversas áreas de conhecimento, especialmente na área das ciências humanas, no campo da educação e nos seus tópicos específicos como a Educação Especial, na qual essa produção é dinâmica. Nessa direção, o Seminário Nacional de Educação Especial e o Seminário Capixaba de Educação Inclusiva vêm contribuindo com a produção e socialização de conhecimentos em Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva desde 2010, de forma conjunta e bianual. Este trabalho de pesquisa analisa a produção científica do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva realizados no período de 2010 a 2018. Para tanto, investigam-se os anais dos eventos que aconteceram no referido período, em cinco edições, publicados em CD-ROM e em formato digital no sítio de periódicos da Universidade Federal do Espírito Santo, no endereço eletrônico: <https://periodicos.ufes.br/snee>. Dada a sua importância, a produção científica desse evento conjunto apresenta resultados significativos à compreensão crítica da realidade da Educação Especial na Educação Básica e contribui para a formulação de propostas mais promissoras tanto no âmbito da gestão como no das práticas pedagógicas, voltando-se ao atendimento das demandas para a garantia, valorização e consolidação de processos de ensino-aprendizagem direcionados ao seu público de referência, além de promover a aproximação entre a academia e a comunidade.

Palavras-chave: Produção Científica. Educação Especial. Educação Inclusiva. Educação Básica.

34. COLABORAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS, PRÁTICAS E CULTURAS MAIS INCLUSIVAS

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (PPGPDA/UNESP)

A Educação Inclusiva é um campo e um movimento que discute como a diferença é tratada e compreendida pela escola e pelos professores. O direito de todos à educação e o direito à diferença são pontos de partida para a efetivação desse processo, buscando-se a melhoria da qualidade do ensino. Este projeto decorre do estudo "Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos Público-Alvo da Educação Especial em escolas públicas da comarca de Bauru" (financiado pela Fapesp, processo nº 2015/22397-5), que demandou ações visando a construção de políticas, práticas e culturas mais inclusivas. Assim, por meio de assessoria colaborativa a quatro escolas públicas de Bauru, este projeto (também financiado pela Fapesp, processo nº 2019/05068-9) visa ampliar ou promover políticas, práticas e culturas mais inclusivas, além de desenvolver um trabalho de formação de docentes, uma vez que tal formação pedagógica se faz necessária mediante a crescente demanda de alunos Público-Alvo da Educação Especial inseridos no ensino regular, bem como mediante a necessidade de reorganização do trabalho pedagógico desenvolvido pela Educação Especial e formação continuada dos profissionais da educação como um todo.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Especial. Cultura Inclusiva.

35. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: RECURSOS, SERVIÇOS E METODOLOGIAS ESPECIALIZADAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

BORGES, Wanessa Ferreira (PPGE/UFCAT)

TARTUCI, Dulcéria (PPGE/UFCAT)

FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)

SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa da (PPGE/UFCAT)

SANTOS, Cristiane da Silva (PPGE/UFCAT)

SANTOS, Gessiene Soares dos (UFG/RC)

CARVALHO, Débora Carla de Souza (UEG)

MOURA, Celsineide Mendes de (UFCAT)

COSTA, Márcia Macedo (UFU)

FERREIRA, Stefany Alves (UFCAT)

TEIXEIRA, Priscila Gervásio (UFU)

A democratização do ensino trouxe novas demandas à atuação dos professores do ensino regular e introduziu novos agentes educacionais para apoiar a inclusão escolar. Apesar de termos ultrapassado os embates a respeito do direito de acesso (matrícula) dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), faz-se necessário refletir sobre o trabalho docente realizado nas salas de aula comum e demais espaços pedagógicos previstos para essa clientela no contexto do ensino regular. Logo, questionamos que papéis vêm sendo exigidos dos professores no processo de inclusão escolar? Que possibilidades e condições permeiam seus modos de ser e de se fazerem professores na escola inclusiva? Quais outros atores são previstos para apoiar esse processo? Qual o papel desses atores e sua relação com os professores regentes? Como a escola tem se organizado mediante a presença de professores especializados? Quais recursos, metodologias e serviços especializados têm sido exigidos da escola inclusiva? De que forma as políticas, práticas educativas e a formação de professores têm subsidiado as demandas da inclusão? A fim de responder esses questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é descrever, analisar e refletir sobre a atuação docente e a implementação de recursos, serviços e metodologias especializadas na escolarização dos alunos PAEE, a partir das políticas, práticas e formação docente. Especificamente, temos buscado: a) analisar as políticas (prescrições), práticas (ação) e a formação docente (inicial e continuada) para implementação de recursos, serviços e metodologias especializadas (TA, DUA,

Ensino diferenciado e ensino colaborativo); b) elaborar, implementar e avaliar programas de formação colaborativos para implementação de recursos, serviços e metodologias especializadas (TA, DUA, Ensino diferenciado e ensino colaborativo); c) descrever e analisar o papel da escola e a atuação dos professores regentes, professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissional de apoio à inclusão; d) descrever o papel do estágio, de disciplinas específicas e de programas de formação para atuação de professores e demais profissionais com alunos Público-Alvo da Educação Especial; e) identificar o papel e a contribuição do trabalho colaborativo para a permanência e o aprendizagem dos alunos Público-Alvo da Educação Especial na classe comum do ensino regular. Esta pesquisa vincula-se ao Núcleo de Estudos em Práticas Educativas e Inclusão (Neppein) e à Linha Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Em 2021 teve aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFCAT e, por isso, encontra-se em fase inicial de desenvolvimento. O viés metodológico é a pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, com a proposta de desenvolvimento de pesquisa colaborativa quando se identificarem demandas de desenvolvimento de Programas de Formação. Participam da pesquisa professores regentes, professores de Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio à inclusão, alunos e professores do Magistérios Superior de cursos de licenciaturas. Os dados estão sendo coletados em diretrizes políticas, questionários, entrevistas e observação. A análise será baseada na organização e categorização segundo eixos de significação e da teoria fundamentada. Os resultados iniciais estão em fase de coleta de dados, realizada por mestrandos do PPGEDUC e estudantes do curso de Pedagogia da UFCAT. Espera-se que a construção de conhecimentos acerca da realidade da atuação dos professores regentes e especialistas mediada pelo uso de recursos, metodologias e serviços especializados nas instituições de ensino básico e na formação docente do futuro professor em Goiás e na região do Triângulo Mineiro possa subsidiar tomadas de decisões para as políticas de inclusão escolar, identificação de demandas para a formação de professores e compreensão dos limites e possibilidades na educação dos alunos PAEE em escolas regulares.

Palavras-chave: Educação Especial. Atuação Docente. Formação Docente.

36. SUJEITOS, DIRETRIZES POLÍTICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR EM GOIÁS

TARTUCI, Dulcéria (PPGE/UFCAT)

FLORES, Maria Marta Lopes (PPGE/UFCAT)

RESENDE, Wanessa Ferreira Borges (PPGE/UFCAT)

SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa da (PPGE/UFCAT)

OLIVEIRA, Dayanne Cristina Moraes de Deus e (PPGE/UFCAT)

TEIXEIRA, Priscila Gervásio (UFU)

TRISTÃO, Tatielle Esteves de Araújo (PPGE/UFCAT)

BERNARDES, Thamires Ferreira Generali (PPGE/UFCAT)

As pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Inclusão e Práticas Educativas em Educação Especial e Inclusão (Neppein/CNPq) demonstram, entre outras questões, a necessidade de estudos voltados para a análise das políticas e práticas de Educação Especial e inclusão escolar no estado de Goiás: Como os sistemas de ensino de Goiás vêm se organizando e se estruturando para atender às atuais diretrizes políticas nacionais sobre os serviços de Educação Especial? De que forma essas diretrizes se efetivam nas práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio da atuação do professor de apoio à inclusão escolar na sala de aula comum? Quais os impactos da implementação das diretrizes políticas, a partir de 2008, para a educação de pessoas Público-Alvo da Educação Especial? Quem são os sujeitos, alunos(as) Público-Alvo da Educação Especial e professores, que atuam com os(as) alunos(as) Público-Alvo da Educação Especial? Diante desses questionamentos a pesquisa visa analisar como os sistemas de ensino do estado de Goiás vêm sendo organizados e estruturados para atender às diretrizes políticas nacionais sobre os serviços de Educação Especial, mais especificamente compreender os impactos da implementação das diretrizes políticas e as novas demandas para atuação dos professores, bem como averiguar como se dão a formação de professores e demais profissionais da educação e a reorganização das instituições e dos serviços de Educação Especial para inclusão escolar dos(as) alunos(as) Público-Alvo da Educação Especial. A investigação tem como lócus principal a rede pública municipal e estadual de ensino do sudeste goiano. Tem como metodologia a pesquisa colaborativa, que tem como princípio a produção

de conhecimento e a formação docente. A pesquisa envolve também análise de documentos, levantamento de dados de algumas bases nacionais, como o Inep, IBGE e Seplín. Além da pesquisa colaborativa, alguns procedimentos vêm sendo desenvolvidos, como questionários/formulários e entrevistas semiestruturada com gestores de Educação Especial da Subsecretaria Regional de Educação, responsáveis pelo setor de inclusão escolar, bem como com docentes que atuam com alunos(as) Público-Alvo da Educação Especial em escolas de municípios goianos. A pesquisa vem sendo realizada por mestrandos(as) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC), na Linha de Pesquisa “Práticas Educativas e Inclusão”, e por alunos(as) de iniciação científica dos cursos de graduação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), e seus resultados têm se traduzido em dissertações, artigos e capítulos de livros.

Palavras-chave: Educação Especial. Atuação Docente. Formação Docente.

PERSPECTIVAS FUTURAS: SESSÃO DE PÔSTERES COM ESTUDOS EM ANDAMENTO DOS INTEGRANTES DO GP-FOREESP

37. PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORES DO ENSINO COMUM E ESPECIALIZADO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

BUENO, Adriana Correa (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

As Unidades Educacionais de Educação Infantil são ambientes privilegiados para promoção do desenvolvimento de todas as crianças, com e sem deficiência, por meio das interações e do brincar. Pensar em seus espaços, tempos, recursos pedagógicos e garantir a colaboração entre os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem, principalmente com as crianças Público-Alvo da Educação Especial, é indispensável para o acesso, permanência e desenvolvimento de todos, contemplando a diversidade. Em razão do avanço nas matrículas de crianças com deficiência em escolas de ensino regular a partir da Educação Infantil e da necessidade de garantir um ensino de qualidade, este estudo objetiva analisar, de forma conjunta aos professores da sala comum e da Educação Especial, a percepção acerca das práticas colaborativas na Educação Infantil – etapa I. A pesquisa será realizada em um município do interior de São Paulo com professores da sala comum e da Educação Especial, que atuam em escolas públicas de Educação Infantil – etapa I. Para tanto, ela está segmentada em duas partes: em primeiro lugar, será realizado um diagnóstico referente à organização do

AEE e à dinâmica existente entre tais professores, identificando por meio da aplicação de um questionário as concepções, os desafios e as práticas que estão contidos no cotidiano desses professores; em um segundo momento, serão selecionados os professores que desenvolvem práticas colaborativas para realização de cinco sessões reflexivas, nas quais os participantes terão a chance de refletir e reorganizar suas práticas, a fim de potencializá-las, melhorando, assim, as relações entre o professor da sala comum e o de Educação Especial. Os dados coletados por meio do questionário e das sessões reflexivas serão fundamentais para podermos pensar, junto aos instrumentos teóricos adquiridos, em como ampliar as práticas colaborativas entre os professores de Educação Especial que realizam o Atendimento Educacional Especializado e os professores da sala comum. Espera-se que a pesquisa estimule as práticas colaborativas entre os professores e com isso favoreça a inclusão das crianças Público-Alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Práticas Colaborativas.

38. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

SILVA, Amanda Santana Gomes
(PPGEEs/UFSCar e Secretaria de Educação de São Paulo)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

A demanda pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem em uma considerável crescente no Brasil, e, assim como a Educação Integral, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a oferta de Educação em Tempo Integral, com permanência mínima de sete horas por dia na escola, em pelo menos metade das escolas até o ano de 2024. As políticas educacionais nem sempre são convergentes ao recomendarem que o AEE para estudantes do Público-Alvo da Educação Especial seja uma oferta extraclasse, em contraturno escolar e ao mesmo tempo preverem o aumento da oferta de escolas de tempo integral. Nesses casos, cabe questionar: como as escolas com educação em tempo integral estão equacionando o AEE, que não pode ser ofertado no contraturno? O município de São Paulo instituiu em sua política três modalidades de AEE. Assim, tomando como base o referencial

teórico-metodológico da Abordagem do Ciclo de Políticas para analisar políticas educacionais, o presente estudo visou descrever e analisar como é equacionado o AEE em escolas de tempo integral de uma das diretorias regionais de educação do referido município. A investigação envolveu três escolas, com participação de 22 professoras de sala comum, duas professoras de AEE e seis gestoras. A coleta de dados envolveu análise documental, questionários com perguntas abertas e fechadas e observação sistemática. As professoras do ensino comum apontaram a importância de atuar colaborativamente, em parceria com professora especializada. Nas escolas em que não havia a professora especializada, docentes apontaram a necessidade dessa profissional para o atendimento dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial com necessidades educacionais específicas. O estudo sugere que a Educação Integral em tempo integral tende a ampliar as possibilidades de AEE, desde que se considerem outras maneiras de oferta do serviço para além do AEE exclusivamente extraclasse, em contraturno e em Salas de Recursos.

Palavras-chave: Política Pública Educacional. Abordagem do Ciclo de Políticas. Educação Especial. Escola de Tempo Integral. Atendimento Educacional Especializado.

39. POSSIBILIDADES DE UM CURSO MOOC PARA FORMAÇÃO EM COENSINO

MILLAN, Ana Elisa (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

O coensino é uma proposta de trabalho em que professores da classe regular e da Educação Especial compartilham responsabilidades sobre o aluno Público-Alvo da Educação Especial, desde o planejamento educacional até a avaliação. Dessa forma, diante da tendência atual de políticas que preveem o coensino como possibilidade e forma de Atendimento Educacional Especializado nas escolas brasileiras e da demanda de formação de professores sobre o tema, os objetivos deste estudo são desenvolver um curso no formato MOOC (massive open online courses) para formação sobre coensino, avaliar a validade social do programa de formação e avaliar a acessibilidade do curso no ambiente virtual. Um curso MOOC é caracterizado como um curso on-line, de curta duração, ofertado continuamente,

aberto ao público, ou seja, não é necessário processo seletivo para ingresso no curso, não possui tutoria a distância ou presencial, possui o sistema de certificação automática e é gratuito. O estudo contará com três fases, sendo a primeira a elaboração do roteiro e construção do curso; a segunda fase será a avaliação de conteúdos e acessibilidade do curso; e, por fim, o desenvolvimento da versão final do curso. Os sujeitos do estudo serão divididos em três grupos: quatro participantes serão avaliadores do roteiro e desenvolvimento do curso; três participantes serão avaliadores de acessibilidade do curso; e os vinte primeiros concluintes do curso avaliarão o conteúdo, os materiais e a organização do curso. Os dados serão coletados por meio de questionários em cada etapa do estudo e de grupos focais. Espera-se, como produto do estudo, o desenvolvimento tecnológico do curso e a ampliação de espaços de formação de professores sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Especial. Coensino. Formação de Professores.

40. AS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: LEVANTAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL E AÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

VOLANTE, Daniele Pinheiro (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

O número de estudantes PAEE matriculados na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem aumentado ao longo dos anos, evidenciando a necessidade da adoção de estratégias que lhes garantam condições de permanência e conclusão com êxito. Pouco abordadas nos estudos brasileiros sobre inclusão escolar, as equipes multiprofissionais (EMP) escolares podem se configurar como alternativa de serviço de apoio à escolarização desses estudantes. A pesquisa em andamento, do tipo colaborativa, tem como objetivo principal analisar, de forma conjunta aos servidores da EMP, os recursos, as estratégias e percepções sobre a escolarização e formação profissional de estudantes PAEE nos Institutos Federais (IFs). Foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul: questionário eletrônico sobre o perfil, o modo de organização e as necessidades de formação das EMP nos IFs, respondido por 139 servidores de diversos cargos, em exercício em 19 institutos; e sessões reflexivas, com 23 servidores vinculados a 10 IFs, escolhidos dentre os

respondentes do questionário. Os resultados parciais, referentes ao questionário, apontam idade média de 41 anos, sendo a maioria do gênero feminino, com tempo de exercício entre 5 e 10 anos e mestrado como maior nível de escolaridade. Grande parte relatou: EMP composta, principalmente, de pedagogo, psicólogo, assistente social e técnico em assuntos educacionais; existência de planejamento conjunto dentro da equipe; e que as ações mais frequentes envolvem levantamento de necessidades de acessibilidade e orientação de docentes, familiares e estudantes, sendo registradas poucas menções a iniciativas de formação continuada para outros servidores. As necessidades formativas mais frequentes referem-se, ainda, a conhecimentos sobre deficiências específicas, seguidas por temáticas focadas no apoio aos profissionais da educação. Os resultados parciais contribuem na compreensão da atuação das EMP nos IFs, fornecem indicativos de áreas com necessidade de fortalecimentos e as necessidades de formação continuada de seus membros.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Institutos Federais. Equipe Multiprofissional.

41. ANÁLISE DOCUMENTAL DA BNCC PARA A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS OPERACIONAIS

SILVA, Déborah Maciel Vieira Cruz (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

A partir do aumento oficial das matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares, observado desde o 2008 a partir da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), e seguindo a proposta de uniformização do ensino prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada a partir de 2017, o presente estudo busca responder a questionamentos como: A descrição das competências do currículo nacional favorece o planejamento do ensino para os estudantes como um todo? Da maneira como é descrito, o currículo favorece o ensino para alunos com TEA que necessitam de níveis de suporte para a aprendizagem? A comparação entre a BNCC – um currículo descrito de maneira geral – e protocolos comportamentais com propostas descritas de maneira objetiva pode gerar um produto técnico operacional para as competências previstas para a Educação

Infantil? Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com base nos protocolos avaliativos e guias curriculares analítico-comportamentais *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP) e *The Assessment of Basic Language and Learning Skills* (ABLLS-R), de modo a: 1) definir quais os pontos de consenso e discordância no que diz respeito às habilidades que devem ser ensinadas para a etapa da Educação Infantil; 2) formular uma descrição detalhada dos comportamentos que o aluno deve emitir (operacionalização) para que as competências sejam consideradas como adquiridas para a etapa da Educação Infantil; e 3) promover discussões que considerem as diferentes concepções epistemológicas, filosóficas e metodológicas dos documentos comparados. Os protocolos selecionados são amplamente utilizados em intervenções individualizadas com base em Análise do Comportamento Aplicada para atendimento de indivíduos com TEA, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Esta pesquisa tem potencial para subsidiar a operacionalização de práticas educacionais de acordo com as necessidades específicas do grupo e dos alunos com TEA enquanto sujeitos únicos, quando necessário.

Palavras-chave: Educação Especial. BNCC. vb-mapp. ablls-r. Transtorno do Espectro Autista. Educação Infantil.

42. A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA AMAPAENSE

LIMA, Ilene Diniz Sacramento (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

Esta pesquisa está balizada numa realidade socioeducacional de um contexto com estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) de uma escola ribeirinha da Amazônia amapaense vinculada ao Sistema Municipal de Ensino. O objetivo geral é analisar o processo de ensino dos estudantes da Educação Especial que frequentam uma escola ribeirinha, e os objetivos específicos são: a) caracterizar as práticas pedagógicas do professor do Atendimento Educacional Especializado no processo de ensino de estudantes do PAEE; b) descrever o processo de ensino do professor regente direcionado para os alunos PAEE matriculados e frequentes no ensino regular de uma escola ribeirinha. O recorte investigativo deste trabalho tem como elemento

central o interesse pelo conhecimento das práticas pedagógicas direcionadas a estudantes com deficiência em uma escola ribeirinha. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem em estudo de caso etnográfico, com ênfase em educação. Os procedimentos que compõem a base metodológica deste trabalho são: observação participante, entrevista intensiva e análise de documentos. Os sujeitos da pesquisa serão oito, sendo eles: dois coordenadores pedagógicos, duas professoras de Sala de Recursos Multifuncionais e quatro professores de classe comum. Como resultado, busca-se compreender e dar maior visibilidade à diversidade dos povos ribeirinhos e da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação do Campo. Educação Especial no Campo. Ribeirinho. Ensino.

43. DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO PARA O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO EM PLATAFORMA DIGITAL

SANTOS, Jéssica Rodrigues (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

Nas últimas décadas foram instituídas no Brasil normativas que versam sobre a Educação Especial, contendo informações sobre o formato da Educação Especial no Brasil, os direitos e a definição do público a ser atendido, os profissionais (e suas respectivas formações) que atuam junto a eles e orientações acerca das adaptações físicas e atitudinais necessárias para assegurar a inclusão escolar desses estudantes. Além do que já prevê a legislação, ressalta-se a relevância da atuação conjunta entre os diversos profissionais da escola. É competência de ambos os professores (classe comum e Educação Especial) realizar atividades que envolvem planejamento, avaliação e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que oportunizem o acesso ao currículo. Considerando os serviços ofertados aos estudantes PAEE, este trabalho aborda diretamente o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e sua elaboração de forma tecnológica e colaborativa entre os profissionais da escola. O PEI é um tipo de planejamento centrado no estudante PAEE, que requer uma avaliação criteriosa e tem como objetivo traçar de forma colaborativa metas a curto, médio e longo prazo, com o estabelecimento de serviços e adaptações de ordem física e pedagógica

tanto na escolarização do estudante quanto em seu processo de transição para a vida adulta. O objetivo geral do estudo é desenvolver um roteiro para a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado em plataformas digitais. Neste trabalho, apresenta-se o resultado da análise de conteúdos da primeira parte do roteiro em construção, que correspondeu às informações pessoais do estudante PAEE. Os juízes foram profissionais do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) dos Institutos Federais (IFs). A análise de dados embasou-se na abordagem da teoria fundamentada. Os resultados preliminares apontaram que os juízes consideraram importante um roteiro com bastante informações sobre o estudante, ou seja, mais amplo e robusto, e pontuaram como importante quase todos os itens avaliados.

Palavras-chave: Educação Especial. Planejamento Educacional Individualizado. Tecnologia.

44. FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE TRABALHO COLABORATIVO E SISTEMA DE SUPORTE MULTICAMADA PARA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS EDUCACIONAIS DA PANDEMIA DE COVID-19

COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

A pandemia de Covid-19 gerou impactos incalculáveis na educação dos estudantes com e sem deficiência. Com o propósito de minimizar os desafios gerados, este estudo teve como objetivo desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação sobre os temas Trabalho Colaborativo e Sistema de Suporte Multicamadas, visando contribuir para o desempenho e a formação pós-pandemia e ampliar a capacidade das escolas de responderem à diversidade dos estudantes. A pesquisa possui abordagem quantiquantitativa, do tipo exploratória, com delineamento de pesquisa-ação colaborativa. Trata-se de um estudo fruto de uma proposta maior, intitulada "Pesquisa-ação colaborativa para mitigação das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19: contribuições das pesquisas sobre inclusão escolar" (PAC-Covid-19), aprovada no comitê de ética (CAEE: 54848822.1.0000.5504) da Universidade Federal de São Carlos. Participaram 38 profissionais de uma cidade do interior do estado de São Paulo, estando

entre eles professores, gestores escolares, coordenadores e equipe multidisciplinar. Foram ofertados oito encontros virtuais com duração de duas horas/aula, realizados quinzenalmente pelo Google Meet, com uma turma matutina e outra vespertina. Também ocorreram atividades assíncronas por meio da disponibilização de leituras, vídeos e atividades na plataforma Google Sala de Aula. Ao longo do programa de formação foram elaborados coletivamente dois planos de inovação, intitulados: Plano de Fomento à Cultura Escolar Inclusiva e Colaborativa (Plafoce) e Plano de Fomento ao Sistema de Suporte Multicamada (Plassmuc). Constatou-se que os participantes se mostraram interessados no programa de formação e na proposta de construção colaborativa dos planos estratégicos, para a superação dos desafios e demandas impostos nessa nova realidade. Na avaliação do primeiro módulo, os participantes sinalizaram estarem predominantemente satisfeitos, consideraram que a proposta contribui para a inclusão da diversidade na escola, e, dentre as sugestões apresentadas, apontou-se a oferta presencial de próximas formações sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pandemia. Formação de Recursos Humanos. Inovações Pedagógicas.

45. MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS EM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AMPLIADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

GUIMARÃES, Luciana Carlena Velasco (PPGEEs/UFSCar e IFAP)

LOURENÇO, Gerusa Ferreira (PPGEEs/UFSCar)

Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) é o termo empregado para intitular procedimentos que visam colaborar na comunicação de pessoas que têm alguma dificuldade na comunicabilidade. Há no mercado nacional diversas opções de ferramentas, sendo algumas disponíveis e projetadas para uso em diferentes sistemas operacionais. Esses recursos do sistema de comunicação podem ser sem tecnologia, com baixa, média ou alta tecnologia e personalizados para a necessidade específica de cada usuário. O estudo tem como objetivo mapear as práticas da CAA nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A pesquisa será qualitativa e descritiva, realizada por meio de um estudo de campo. Será aplicado um questionário semiestruturado com perguntas abertas aos coordenadores/membros/servidores dos Núcleos de Inclusão dessas instituições, como Núcleo de

Atendimento/Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Assessoria de Ações Inclusivas. Os dados registrados serão tratados e analisados à luz da abordagem da análise de conteúdo de Bardin (2016) e discutidos com a literatura científica da área da Educação, da Educação Especial, das Ciências Políticas, Sociais e Filosóficas. Espera-se que o presente estudo possa produzir dados para mapear as demandas e as práticas de CAA em jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Profissional. Tecnologia Assistiva. Comunicação Alternativa.

46. FORMAÇÃO DOCENTE PARA FOMENTO DA COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE SALA COMUM E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

COSTA, Luis Gustavo da Silva (PPGEEs/UFSCar)

VILARONGA, Carla Ariela Rios (PPGEEs/UFSCar e IFSP)

Esta pesquisa tem como objetivo propor e analisar como se desenvolvem as práticas dos professores de Educação Especial e de sala comum com estudantes Público-Alvo da Educação Especial, que atuam juntos, em sistema de colaboração em sala de aula, na rede municipal de ensino de um município de pequeno porte do interior do estado de São Paulo. A ideia é propor estratégias e metodologias, formações docentes em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município (SME), com foco no processo de ensino, nas estratégias de ensino colaborativo, em promoção de ações inclusivas para o acesso e a permanência com qualidade na escolarização dos estudantes PAEE e dos demais estudantes do entorno escolar. Destarte, propõe-se a construção de um processo educacional inclusivo, endossando os direitos à igualdade, equidade, o desenvolvimento integral humano, assim como a consciência cidadã de todos os participantes. A pesquisa, de abordagem qualitativa, com características de estudo de caso, será pautada pelo método da consultoria colaborativa e terá cerca de 20 participantes, professores de Educação Especial e de sala comum. Ocorrerá no ano de 2023, em duas modalidades de ensino de escolas públicas municipais, Educação Infantil e Ensino Fundamental. No primeiro semestre se dará o contato com a SME e as unidades escolares para aceite e autorização, com assinatura dos termos de consentimento dos participantes da pesquisa e das unidades escolares

escolhidas. Além do mais, após a fase inicial diagnóstica do campo de pesquisa, serão implantadas as formações por meio da consultoria colaborativa percorridas nas sessões reflexivas, nas quais concomitantemente ocorrerão as coletas de dados. Para o segundo semestre se seguirá com o acompanhamento das estratégias de ensino ofertadas durante as consultorias/sessões reflexivas no primeiro semestre. Ao final, espera-se que as formações por meio da consultoria colaborativa na implantação de novas estratégias de ensino possibilitem a capacitação e profissionalização não só docente, mas de todos do entorno escolar, visando à disseminação de informações, construção de conhecimentos e ações acerca do ensino colaborativo no processo de escolarização dos estudantes PAEE, em promoção da inclusão atitudinal permanentemente.

Palavras-chave: Formação Docente. Educação Especial. Consultoria Colaborativa.

47. INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

LOPES, Mariana Moraes (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

O fechamento das escolas foi uma das preocupações do cenário pandêmico de Covid-19. A desigualdade educacional já presente nas escolas brasileiras ficou cada vez mais evidenciada, colocando docentes e famílias em um cenário desafiador. O presente trabalho é um recorte da tese de doutorado da primeira autora, em andamento. Por se tratar de um fenômeno ainda desconhecido, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, composta de dois estudos independentes, com caminhos metodológicos específicos e que se encontram em etapas diferentes. O estudo I teve como objetivo descrever e analisar os impactos do Ensino Emergencial Remoto decorrente da pandemia para docentes e estudantes do Público-Alvo da Educação Especial, por meio da plataforma Google Forms, com a participação de 274 docentes da rede pública de 111 cidades, 24 estados, das cinco regiões brasileiras. A análise foi realizada por meio da teoria fundamentada nos dados, com o suporte do software de dados qualitativos Atlas.ti. Os dados foram categorizados e descritos em quatro eixos temáticos, a saber: Eixo 1) Condições de trabalho e impactos emocionais dos docentes; Eixo 2)

Práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes; Eixo 3) Pontos positivos e negativos das práticas escolares na pandemia; Eixo 4) Demandas formativas dos docentes na pandemia. O estudo II encontra-se na última fase de coleta de dados e está sendo realizado em uma instituição pública, com 12 participantes, dentre eles professores da Educação Especial (5), professores do ensino comum (5) e gestores do Núcleo de Educação Especial (2), por meio de grupo focal e entrevista semiestruturada. Os dados do estudo I apontaram a diversidade na qualidade das práticas, das condições de trabalho e na parceria das famílias no processo de escolarização dos estudantes PAEE. Os resultados parciais deste estudo mostraram que as condições de trabalho na pandemia dependeram diretamente da condição individual e da realidade de cada docente. A organização educacional no contexto pandêmico abalou emocionalmente a maioria deles, que sentiu muita dificuldade no processo de transição do ensino presencial para o remoto. O ensino organizou-se em sua maioria de forma on-line, mesmo com a falta de acesso de muitos estudantes, o que gerou pontos positivos e negativos no processo de escolarização dos estudantes PAEE. Embora seja um contexto diversificado, os desafios da escolarização dos estudantes PAEE foram mantidos e ampliados, ficando em evidência toda a problemática. Apesar das dificuldades decorrentes das diferentes condições de acesso, que acentuaram as desigualdades educacionais, espera-se com o segundo estudo mostrar que a crise também pode potencializar boas práticas e avanços nas respostas da escola à diversidade dos alunos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Pandemia. Práticas Docentes.

48. SISTEMA DE SUPORTE MULTICAMADAS: IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DE CONSULTORIA COLABORATIVA

GONZAGA, Mariana Viana (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

A aplicação de estratégias universalistas, ancoradas no Desenho Universal para Aprendizagem, para atender a diversidade de demandas da sala de aula, vem ganhando destaque na área da Educação Especial. Nessa perspectiva, o planejamento de aula prevê diversificação de estratégias e de recursos a fim de contemplar todos os alunos. Em decorrência do aumento

de matrículas de alunos Público-Alvo da Educação Especial nas escolas regulares, a heterogeneidade nas classes ficou ainda mais evidente, destacando a urgência da necessidade de diversificação de práticas e metodologias. A consultoria colaborativa entre o professor regente e um profissional especializado pode auxiliar no planejamento de tais estratégias universalistas bem como no acompanhamento da eficácia das intervenções. Ao organizar as demandas dos estudantes, conforme descrito no Sistema de Suporte Multicamadas, é possível atendê-las ao mesmo tempo que se trabalha para garantir o emprego de estratégias universalistas, aumentando a qualidade e eficácia das propostas para todos os alunos. Diante da demanda crescente no atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, em um município do interior de São Paulo, este projeto de pesquisa foi desenvolvido. Para sua implementação será proposta uma pesquisa-ação colaborativa com o objetivo de desenvolver, implementar e avaliar o Sistema de Suporte Multicamadas na Educação Infantil, via consultoria colaborativa a distância. Participarão da pesquisa três professores da Educação Infantil que tenham em suas classes alunos com diagnóstico fechado ou em processo de investigação diagnóstica de Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa será conduzida no formato “estudo de caso”, sendo objeto de estudo a classe de cada um dos professores participantes. A coleta de dados será feita pelos professores, inicialmente dividida em quatro categorias: triagem universal, monitoramento do progresso, diagnóstico e somativo. Como resultado, é esperado que esta pesquisa descreva um formato de implementação do Sistema de Suporte Multicamadas no atendimento às demandas educacionais de todos os estudantes das classes estudadas.

Palavras-chave: Sistema de Suporte Multicamadas. Desenho Universal para Aprendizagem. Consultoria Colaborativa.

49. ALUNO APOIANDO ALUNO: APRENDIZAGEM COOPERATIVA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

COSTA, Pollyana Ladeia (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

O presente projeto é um estudo propositivo, em rede colaborativa de pesquisadores e se configura como parte de um projeto-matriz intitulado “Pesquisa-ação colaborativa para mitigação das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19: contribuições das pesquisas sobre inclusão escolar” (PAC-Covid-19), sob a coordenação de Enicéia Gonçalves Mendes, que também orienta esta pesquisa. Este projeto é responsável por parte do programa de formação proposto pelo projeto-matriz, mais especificamente o módulo 5, que versa sobre a Aprendizagem Cooperativa. Isso posto, o objetivo geral do estudo em questão é: desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação de professores sobre a Aprendizagem Cooperativa para atenuar as desigualdades educacionais verificadas na pandemia de Covid-19. Os objetivos específicos são: 1) desenvolver um módulo remoto para formação de profissionais da educação de uma escola pública, apresentando as inovações propostas pela Aprendizagem Cooperativa; 2) implementar, em conjunto com os profissionais de ensino e demais participantes, plano de intervenção presencial baseado na Aprendizagem Cooperativa, proporcionando conteúdos teóricos, ambiente de estudos e debates com estudantes da escola pesquisada; 3) avaliar o programa de formação de professores, pontuando as possíveis colaborações e lacunas apresentadas pelo módulo formativo sobre a Aprendizagem Cooperativa. O cerne epistemológico crítico-reflexivo da investigação estrutura-se na abordagem histórico-cultural de Vigotski. Trata-se de uma pesquisa com abordagem metodológica mista, com delineamento de pesquisa colaborativa. Espera-se como resultado que o estudo produza impactos científicos e sociais. Dentre os impactos sociais, espera-se que atenuar as desigualdades educacionais causadas pela pandemia de Covid-19 por meio de intervenções universalistas, como a Aprendizagem Cooperativa, na escola pesquisada. Ademais, a teoria da Aprendizagem Cooperativa é ampla; entretanto, ainda não é sistematizada, no que esta pesquisa poderá contribuir.

Palavras-chave: Aprendizagem Cooperativa. Desigualdades educacionais. PAC-Covid-19. Educação Inclusiva.

50. FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE DUA NO PÓS-PANDEMIA

ROMANO, Soraia (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

ZERBATO, Ana Paula (PPGE-Feusp/USP)

O ensino remoto resultante do isolamento social da pandemia por Covid-19 gerou prejuízos educacionais para todos os estudantes, destacando-se aqueles em período de aquisição da linguagem escrita. Com o propósito de minimizar os desafios gerados, este estudo teve como objetivo desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação sobre os temas Desenho Universal para Aprendizagem e Alfabetização, visando contribuir com a formação e ampliação de ferramentas e recursos educacionais, a fim de as equipes escolares responderem aos prejuízos de estudantes, naturalmente enfatizados pela diversidade. A pesquisa possui abordagem quantitativa, do tipo exploratória, com delineamento de pesquisa-ação colaborativa. Trata-se de um estudo originário de uma proposta maior, intitulada “Pesquisa-ação colaborativa para mitigação das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19: contribuições das pesquisas sobre inclusão escolar” (PAC-Covid-19), aprovada no comitê de ética (CAEE: 54848822.1.0000.5504) da Universidade Federal de São Carlos. Participaram 38 profissionais de uma cidade do interior do estado de São Paulo, entre eles professores, gestores escolares, coordenadores e equipe multidisciplinar. Foram ofertados três encontros virtuais com duração de duas horas/aula, realizados quinzenalmente pelo Google Meet, com uma turma matutina e outra vespertina. Conjuntamente, foram oferecidas atividades assíncronas por meio da disponibilização de leituras, vídeos e atividades na plataforma Google Classroom. Ao longo do programa de formação serão elaborados coletivamente planos de intervenção para estudantes, por meio de propostas universais baseadas nos princípios das neurociências. A avaliação do módulo dar-se-á com a percepção dos participantes quanto à exequibilidade da proposta.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pandemia. Formação de Recursos Humanos. Alfabetização. Neurociências.

51. FORMAÇÃO DOCENTE EM ENSINO DIFERENCIADO: DESAFIOS DAS HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA EM CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO

MILHOMEM, Walkyria de Araújo (PPGEEs/UFSCar)

MENDES, Enicéia Gonçalves (PPGEEs/UFSCar)

SANTOS, Keisyani da Silva (PPGEEs/UNIFESP)

A pandemia por Covid-19 gerou impactos consideráveis no contexto educacional brasileiro, principalmente para os grupos menos favorecidos socioeconomicamente, impactos estes que abarcam desde mudanças de rotinas familiares até novas formas de produção e aquisição de conhecimento. Atualmente as escolas vivenciam os desafios dessas desigualdades, cabendo destaque para a defasagem de aprendizagem dos estudantes em relação às metas esperadas. Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa em Formação de Recursos Humanos para Educação Especial (GP-Foreesp) desenvolveu o projeto “Pesquisa-ação colaborativa para mitigação das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19: contribuições das pesquisas sobre inclusão escolar” (PAC-Covid-19), aprovado no comitê de ética (CAEE: 54848822.1.0000.5504) da Universidade Federal de São Carlos. O presente estudo, em andamento, integra esse projeto e tem como objetivo desenvolver, implementar e avaliar o módulo III de um programa de formação, sobre a Abordagem do Ensino Diferenciado (AED) enquanto estratégia pedagógica para valorizar a diversidade dos alunos e mitigar os desafios às aprendizagens, sobretudo em relação às habilidades de leitura e escrita, dos alunos em contexto pós-pandêmico. Será realizado em um município do interior paulista, com um grupo de 38 profissionais, sendo estes coordenadores da rede de ensino os quais participam do programa de formação proposto pelo projeto PAC-Covid-19. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, com delineamento da pesquisa-ação colaborativa. Foram ofertados três encontros virtuais com duração de duas horas/aula, realizados quinzenalmente pelo Google Meet, com uma turma matutina e outra vespertina, bem como foram oferecidas atividades assíncronas por meio da disponibilização de leituras, vídeos e atividades na plataforma Google Classroom. A avaliação do programa será realizada a partir de relatos verbais e filmagens dos encontros formativos, diários de campo do professor/formador, reuniões de acompanhamento/elaboração dos planos de aula baseados na AED, registros dos professores (fotos, vídeos e produções dos alunos durante a aula e avaliação

final do módulo em AED). Espera-se como resultado que o estudo minimize as desigualdades educacionais causadas pela pandemia de Covid-19, nos índices relacionados ao processo de leitura e escrita, por meio da intervenção de teorias universalistas, a citar, a Abordagem do Ensino Diferenciado.

Palavras-chave: Covid-19. Desigualdades Educacionais. Abordagem do Ensino Diferenciado. Inclusão Escolar. Leitura e Escrita.